



Sociologia da Educação

Sandra Maria Vicentin de Oliveira

Universidade Federal do Espírito Santo
Secretaria de Ensino a Distância

Pedagogia
Licenciatura



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Ensino a Distância

Sociologia da Educação

Sandra Maria Vicentin de Oliveira

Vitória
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Presidente da República

Dilma Rousseff

Ministro da Educação

Renato Janine Ribeiro

Diretoria de Educação a Distância DED/CAPES/MEC

Jean Marc Georges Mutzig

Reitor

Reinaldo Centoducatte

Secretária de Ensino a Distância – SEAD

Maria José Campos Rodrigues

Diretor Acadêmico – SEAD

Júlio Francelino Ferreira Filho

Coordenadora UAB da UFES

Teresa Cristina Janes Carneiro

Coordenadora Adjunta UAB da UFES

Maria José Campos Rodrigues

Diretor do Centro de Educação

Cláudia Maria Mendes Gontijo

Coordenador do Curso de Graduação Licenciatura em Pedagogia – EAD/UFES

Daísa Teixeira

Revisor de Linguagem

Virgínia Abrahão

Design Gráfico

LDI – Laboratório de Design Instrucional

SEAD

Av. Fernando Ferrari, nº 514
CEP 29075-910, Goiabeiras
Vitória – ES
(27) 4009-2208

Material produzido originalmente sob supervisão do
Coordenador do Curso de Química, Elias Meira da Silva.

Laboratório de Design Instrucional

LDI Coordenação

Heliana Pacheco
José Otávio Lobo Name
Hugo Cristo

Gerência

Verônica Salvador Vieira

Editoração

Aline Manente Campos
Lidiane Cordeiro

Ilustração

Lidiane Cordeiro

Capa

Aline Manente Campos
Lidiane Cordeiro

Impressão

Tavares & Tavares

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

O48s Oliveira, Sandra Maria Vicentin de.
Sociologia da educação / Sandra Maria Vicentin de Oliveira. - Vitória : Universidade Federal do Espírito Santo, Secretaria de Ensino a Distância, 2009.
112 p. : il.

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-85-99510-60-5
Reimpressão, 2015.

1. Sociologia educacional. I. Título.

CDU: 37.015:316



Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir deste trabalho para fins não comerciais, desde que atribuam ao autor o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.

A reprodução de imagens nesta obra tem caráter pedagógico e científico, amparada pelos limites do direito de autor, de acordo com a lei nº 9.610/1998, art. 46, III (citação em livros, jornais, revistas ou qualquer outro meio de comunicação, de passagens de qualquer obra, para fins de estudo, crítica ou polêmica, na medida justificada para o fim a atingir, indicando-se o nome do autor e a origem da obra). Toda reprodução foi realizada com amparo legal do regime geral de direito de autor no Brasil.

Sumário

Introdução 05

Apresentação 07

Capítulo 1 23

Capítulo 2 41

Capítulo 3 85

Referências 105

Apresentação

Prezado(a) Estudante,

Apresento a você, que inicia seu curso de graduação na modalidade a distância, a disciplina de Sociologia da Educação que, juntamente com uma série de outros campos de conhecimento, compõe a matriz curricular do Curso de Licenciatura em Química.

Estamos, eu e você, participando de uma nova experiência no sistema educacional brasileiro, a Universidade Aberta do Brasil, que visa à formação de professores, empregando a modalidade da educação a distância, na qual os contatos face a face são minimizados e substituídos por uma rede de relações mediatizadas por fascículos, videoconferências, 'e-mails', encontros presenciais dirigidos pelos tutores, assim como encontros virtuais que eu convencionei chamar de "rede de ensino / aprendizagem".

Participar desta experiência requer, da nossa parte, clareza a respeito da metodologia de estudo a distância, assim como dos objetivos da inserção da Sociologia da Educação no seu curso. Para tanto, fique sempre atento aos objetivos propostos no início de cada capítulo e, ao concluir o estudo dele, retome-os, avaliando você mesmo o seu processo de aprendizagem, utilizando o instrumento de avaliação apresentado no Formulário de Autoavaliação, que trata da autoavaliação dos objetivos da disciplina de Sociologia da Educação e está postado no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) Moodle. Adote este procedimento como um método de estudo da disciplina Sociologia da Educação, como uma forma de desenvolvimento de hábitos eficazes de leitura, estudo e elaboração do trabalho intelectual.

Minha preocupação ao elaborar este material didático que você tem em mãos foi procurar responder a algumas perguntas que, tenho certeza, você deve estar se colocando:

- O que é Sociologia?
- Para que estudar Sociologia da Educação no meu curso de graduação?
- De que modo esta ciência poderá me auxiliar como futuro profissional?

Ao final dos seus estudos nesta disciplina, minha expectativa é a de que você mesmo(a) possa ter as respostas para estas questões, o que tenha certeza, será a garantia de que você aprendeu Sociologia da Educação. De imediato, posso lhe adiantar que cabe ao estudo sociológico o exercício de problematização do contexto no qual atuamos como cidadãos, profissionais, ou seja, da chamada sociedade contemporânea que se nos apresenta com um conjunto de características como as mudanças na legislação educacional, a importância cada vez maior das novas tecnologias da comunicação e da informação e sua atuação no campo da educação, as transformações econômicas, políticas e culturais deflagradas pela globalização, dentre outras.

Respondendo, então, à pergunta de como a Sociologia da Educação nos auxiliará na compreensão desta problemática, posso lhe afirmar que ela nos permite "olhar nas entrelinhas" dos discursos, das normas e legislações, das políticas educacionais, mas, também, das nossas próprias falas, argumentações e representações sobre tais mudanças. Poderá, ainda, nos auxiliar a compreender a relação entre estas transformações que ocorrem na estrutura da sociedade e as exigências que estão sendo colocadas para a escola e a atuação do professor como profissional. Poderá, enfim, nos dar uma "perspectiva sociológica" a respeito da vida em sociedade e do papel da escola no processo de socialização.

Este é o convite que faço a você, estudante do Curso de Licenciatura em Química – Modalidade EAD – participar, juntamente comigo, desta "rede de ensino / aprendizagem" para que, ao final do percurso de estudo da disciplina Sociologia de Educação, você possa não apenas conhecer e entender os conceitos e métodos de pesquisa pertinentes a este campo científico, mas, sobretudo, que eles possam também servir de "instrumentos de trabalho" para o exercício da sua futura profissão de professor.

Sandra Maria Vicentin de Oliveira

*Professora do Departamento de Ciências Sociais / UFES
Professora de Sociologia da Educação*

Capítulo 1

Sociologia da Educação no Curso
de Licenciatura em Química - EAD

1.1 A Sociologia da Educação como Disciplina no Curso de Licenciatura em Química – Ead: Por Que Estudar Sociologia

Os projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura formulados a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 – LDB 9394/1996 – dão destaque para a preocupação com a democratização do ensino, com a valorização profissional do professor, com a necessidade da formação continuada, ou seja, com um conjunto de questões referentes ao cotidiano do exercício da profissão. Assim, quero iniciar nossa discussão sobre o papel da Sociologia da Educação no seu curso, a partir de uma problematização que nos remete ao contexto atual, que, os professores estão vivenciando em nossas escolas.

De que modo esta ciência, este campo de conhecimento, pode nos auxiliar na reflexão a respeito de questões como:

- Por que a partir da LDB n. 9394/96, substituímos o conceito de currículo pelo de parâmetros curriculares?
- Por que em cada escola, o conjunto da comunidade escolar deve elaborar um projeto pedagógico com o fim de orientar o ensino e aprendizagem dos estudantes?

Poderíamos responder simplesmente que são determinações do Ministério da Educação. Mas, é preciso refletir mais sobre como e porque estas mudanças estão presentes na nossa sala de aula. Que relação elas guardam com as políticas públicas de educação implementadas nos níveis estadual e municipal de ensino e, destas com transformações maiores das quais estamos participando como, por exemplo, as mudanças econômicas, políticas e culturais deflagradas pela globalização?

Cabe então, a pergunta: como a Sociologia pode nos auxiliar na compreensão desta problemática? Ela pode nos ajudar a ‘olhar nas entrelinhas’ dos discursos oficiais, das normas e legislações, dos editoriais de jornais, mas também das nossas próprias falas e argumentações sobre tais mudanças. Ela pode nos auxiliar a entender as relações entre as mudanças nas relações de trabalho

que preconizam a necessidade do chamado ‘trabalhador flexível’ e a exigência de elaboração de projetos pedagógicos que valorizem a autonomia e o respeito ao processo de aprendizagem dos alunos da Educação Básica. Pode nos ajudar, ainda, a analisar a relação entre os discursos oficiais e a real situação vivenciada por professores e alunos nas salas de aula da rede pública de ensino.



Para saber mais...

Para melhor compreender a inserção da Sociologia da Educação no seu curso, consulte a matriz curricular do Curso de Licenciatura em Química – EAD e o programa da disciplina de Sociologia da Educação disponível para sua leitura no AVA Moodle.

Para encerrar este item, devo evidenciar os objetivos que estão orientando nossos estudos na disciplina de Sociologia da Educação, que visa introduzir o estudante na problemática dos conceitos e metodologias da Sociologia Clássica, para auxiliá-lo na reflexão sobre as transformações que estão ocorrendo na sociedade contemporânea e, a sua relação com a educação, compreendida como processo de socialização. De forma mais detalhada, podemos dizer que o estudo da Sociologia da Educação está organizado de acordo com os seguintes objetivos:

- conhecer o contexto sócio-histórico de surgimento e desenvolvimento da Sociologia, identificando-a como uma ciência com método e objeto próprios;
- compreender a Sociologia como uma ciência que tem por base uma diversidade de concepções acerca da realidade social, identificando de que modo esta diversidade está presente nas matrizes do pensamento sociológico;
- conhecer e aplicar conceitos básicos e propostas metodológicas da Sociologia Clássica;
- captar a especificidade do recorte sociológico para a compreensão da educação como um processo de socialização;
- analisar as práticas educativas como relações sociais ocorridas no contexto da sociedade contemporânea, na qual o(a)s estudantes estarão atuando como futuros(as) educadore(a)s;
- analisar o contexto sócio-político-cultural no qual se realizam as práticas profissionais como forma de valorizar o trabalho docente;

- enfrentar os desafios das situações de ensino pela valorização identitária e profissional;
- capacitar-se para o desenvolvimento de habilidades inerentes ao trabalho intelectual como: leitura, interpretação e crítica de textos impressos e áudio-visuais, etc, capacidade de argumentação, de participação em debates, de trabalho em equipe e de elaboração de trabalhos acadêmicos.

De acordo com o projeto pedagógico do seu curso, ao finalizar cada módulo de estudo, o estudante deverá realizar um exercício de reflexão a respeito de um tema da sua realidade, de modo que as disciplinas e, no nosso caso específico a Sociologia da Educação, não se limitem apenas a um conjunto de noções, conceitos, nomes de autores e correntes teórico-metodológicas que caberá ao estudante memorizar para, dentro de um breve espaço de tempo, esquecer-las, como informações descartáveis sem nenhum sentido prático. Este requisito do projeto do curso está sendo considerado como um dos elementos orientadores da organização da nossa disciplina e, conseqüentemente, um princípio orientador da elaboração do material didático de Sociologia.

Assim sendo, desde o início, estaremos nos preparando para a tarefa de reflexão sobre essa realidade que o(a) cerca. Estudando e realizando os exercícios propostos ao longo do fascículo, você se capacita. Encare os textos lidos e estudados como fornecedores de ferramentas (conceitos, categorias de análise, metodologias e técnicas de pesquisa) que lhe servirão para a realização das avaliações e também para, no futuro, utilizá-los em outras situações da sua carreira profissional.

1.2 A Sociologia da Educação como Disciplina no Curso de Licenciatura em Química - Ead: Como Estudar Sociologia

Vamos combinar: ler não é estudar¹

Como professora do ensino presencial já há alguns anos, aprendi com meus alunos que dizer a eles “Leiam o texto sobre a divisão social do trabalho do Marx para a próxima aula” não era garantia suficiente para que, na próxima aula, eles estivessem realmente preparados para discutir o tal texto, trazendo suas dúvidas a respeito do material lido, criando relações com outros conceitos e noções já estudados anteriormente. Esta constatação me ensinou que o que eu entendia por ler não era o mesmo entendimento que os meus alunos tinham. Para mim, ler o texto era sinônimo de estudar o texto, ou seja, entrar em simbiose com ele a ponto de dominar o conteúdo lido e saber empregá-lo em outras circunstâncias, como por exemplo, o momento do debate daquela obra em sala de aula. Mas, para muitos dos meus alunos, ler era somente ler. Assim, fui aprendendo a calibrar as orientações que passava a eles no sentido de que nossas palavras tivessem significados comuns e permitissem uma relação de maior reciprocidade.

Relembrando os equívocos criados com os meus alunos do ensino presencial, e para que possamos não cair na mesma falta de comunicação, vamos estabelecer algumas regras básicas sobre ler e estudar e, com isso, já estarei expondo a você como está organizada esta disciplina.

Quero, de antemão, lhe dizer que, ao organizar e produzir os materiais para a disciplina de Sociologia da Educação, acabei criando uma construção própria, pois ao fazer as minhas opções a respeito do que deveria compor este material didático, acabei

¹ Texto adaptado de Oliveira, S. M. V. de. Sociologia da Educação. Vitória:UFES, 2005, Fascículo I, p.14-23.

fazendo o meu recorte, ou seja, dentro do vasto campo da Sociologia, precisei selecionar o que caberia neste espaço de estudos que teremos, eu e você, para trabalharmos juntos(as) este campo de conhecimento.

Suely G. Soares (2003, p.67), ao analisar as especificidades do preparo de materiais didáticos para o ensino na modalidade aberta e a distância, escreve que “A seleção dos conteúdos, na elaboração da aula virtual, deve passar pelo crivo do essencial, ou seja, priorizar os mais significativos potenciais de reflexão, análise e produção de conhecimento novo” (SOARES, 2003, p.67).

Este alerta contribuiu para minha reflexão a respeito das opções mais adequadas a fazer. Quais autores ou correntes teóricas da Sociologia da Educação são mais importantes para um curso de graduação? Como não é possível incluir toda a produção sociológica, o que devo privilegiar, os autores clássicos ou os contemporâneos? E, ainda, outros questionamentos a respeito da didática mais adequada ao estudo da Sociologia na modalidade EAD, ou seja, qual o melhor formato de texto, de atividades e de exercícios que devem compor um material didático?

Frente a um leque tão amplo de possíveis opções, você já pode perceber que, embora o conhecimento científico baseie-se em regras de generalização e universalidade, as interpretações subjetivas do autor de uma obra a respeito deste mesmo conhecimento científico, adquirem dimensões de pessoalidade que irão se materializar através dos recortes que ele realiza, e da seleção do que deve fazer, ou não parte de um texto didático.

Tendo então definido os temas, assuntos, autores, conceitos e metodologias pertinentes à Sociologia e, mais especificamente à Sociologia da Educação, busquei apresentar, neste fascículo, o conhecimento sociológico, colocando-o a serviço de um exercício de pesquisa e reflexão sobre as especificidades da nossa sociedade contemporânea. Assim, o mais importante para você não deve ser a memorização dos conteúdos apresentados, mas o aprimoramento do “seu olhar” de estudante de um curso de graduação. Como membro participante desta mesma sociedade, recomendo-lhe que busque aprimorar sua compreensão sobre a realidade ao seu redor na busca de um exercício de pesquisa e reflexão a respeito do espaço escolar e da prática educativa. Mas a recíproca também será verdadeira, quero dizer, este seu exercício de vivência cotidiana deverá ser usado por você como um orientador para seus estudos na disciplina Sociologia. Crie o hábito de colocar em relação estes

“dois mundos”, a teoria e a empiria, os conceitos e a vida cotidiana, pois isto é fazer Sociologia, isto é produzir novos conhecimentos, possibilitando refletir sobre a ação e agir a partir da reflexão.

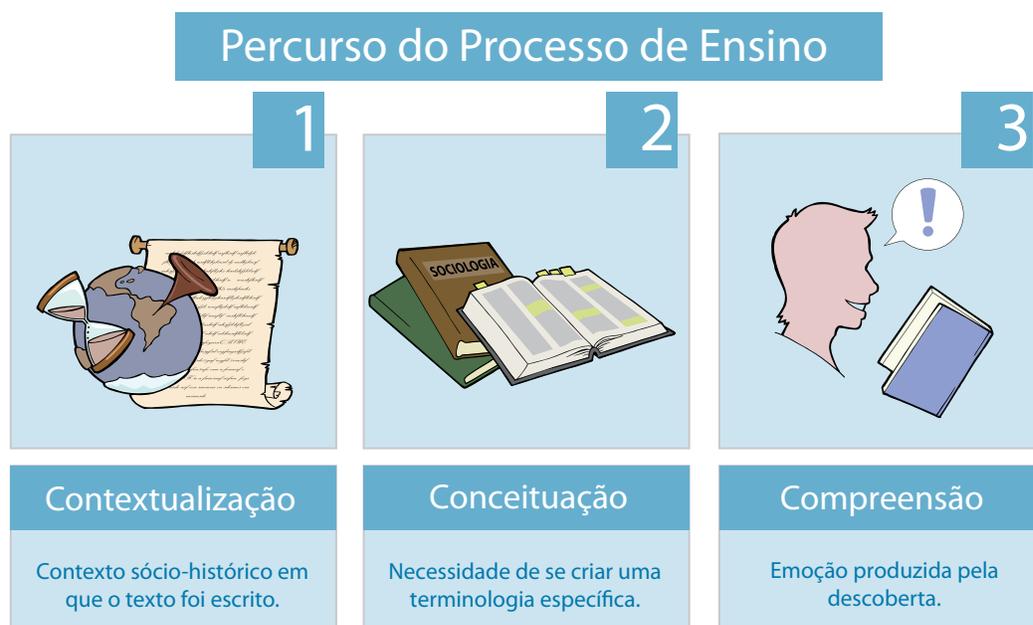
A partir destes pressupostos que acabo de apresentar, quero expor em linhas gerais os temas que você encontrará neste material didático de Sociologia da Educação. Vamos nos concentrar, inicialmente, no capítulo 1, intitulado A Sociologia da Educação no Curso de Licenciatura em Química - EAD, com vistas a compreender a Sociologia como uma disciplina inserida na matriz curricular do seu curso de graduação. A respeito da Sociologia como conhecimento científico, reservei algumas unidades nas quais busco estudar junto com você os conceitos fundamentais desse conhecimento. No capítulo 2, denominado A Construção Social da Realidade e o Objeto de Estudo Sociológico, abordaremos o objeto de estudo e pesquisa dessa ciência, apresentando conceitos como interação social, socialização, cultura, identidade, papel social, dentre outros. Já, o capítulo 3, Os Paradigmas Clássicos e a Sociologia da Educação, nos permitirá compreender os principais paradigmas sociológicos através do estudo dos autores clássicos que forneceram as bases teóricas e metodológicas desta ciência, assim como, aspectos mais significativos de suas análises sociológicas sobre a educação. A seguir, no capítulo 4, As Abordagens Contemporâneas da Sociologia da Educação, busquei atender nosso principal objetivo da disciplina que é a análise e compreensão dos desafios e exigências que estão sendo apresentados à educação pela chamada sociedade contemporânea.

Como estudar Sociologia?

A Sociologia como ciência, surgida no século XIX, com o objetivo de compreender as profundas transformações pelas quais a recente sociedade capitalista ainda em formação, estava passando, estabeleceu um método próprio de pesquisa. Assim, na perspectiva de elaborar uma metodologia de ensino e aprendizagem para melhor orientar os iniciantes no estudo da Sociologia em um curso de graduação, estou propondo uma adaptação da metodologia da pesquisa sociológica a uma metodologia didática, ou seja, a uma metodologia de estudo da Sociologia.

Para tanto, como já combinamos na apresentação deste fascículo, minha proposta vai no sentido de colaborar para que você volte o seu “olhar” na direção de uma perspectiva sociológica. Assim, proponho-lhe que exercite, a cada unidade estudada, este procedimento de estudo, realizando um percurso que tenha um ponto de

saída e um ponto de chegada, com os seguintes passos: a contextualização e a conceituação e, por fim, a compreensão do material estudado. Ao final deste percurso, é possível afirmar que você não apenas leu, mas estudou o capítulo, o que significa que adquiriu domínio sobre os conteúdos e as competências pertinentes ao fazer sociológico, estando apto a fazer uso destes novos saberes, não só para o processo de avaliação desta disciplina, mas, também, em outros contextos da sua vida profissional e da de cidadão.



Para melhor esclarecer este percurso de estudo, procuro, a seguir, deixar mais evidente os procedimentos pertinentes a cada passo.

Contextualização

A Sociologia é, antes de mais nada, uma ciência que se interessa intensa e incessantemente pelas ações dos homens. Seu “habitat” natural são todos os lugares nos quais se possa encontrar seres humanos em atividade. Desse interesse resulta que tudo que os homens fazem é importante e digno de atenção, e, por isso mesmo, não deixará de investigar nenhum ato humano por julgá-lo repulso. A nobreza ou a degradação, o poder ou a obscuridade, tudo é igualmente relevante para um pesquisador no campo da Sociologia. Assim sendo, as indagações podem levar o pesquisador, socio-

logicamente motivado, a diversos ambientes da sociedade, desde os mais conhecidos até os mais escondidos, dos mais respeitáveis aos mais desprezados, ocupando-se de aspectos da vida social que outros consideram excessivamente insignificantes para serem investigados. O estudo da interação humana que ocorre numa escola, numa igreja, ou em câmaras legislativas é tão significativo quanto o da interação entre um grupo de adolescentes que curte um determinado estilo musical ou entre os autores de frases de banheiro e seus leitores. O que anima este pesquisador é uma curiosidade inusitada por tudo que acontece no mundo social que o rodeia.

Assim, o campo de interesse sobre o qual a Sociologia se debruça é a própria realidade da vida cotidiana que, de acordo com os sociólogos Peter L. Berger e Thomas Luckmann, (1985, p. 39):

[...] está organizada em torno do ‘aqui’ de meu corpo e do ‘agora’ do meu presente. Este ‘aqui e agora’ é o foco da minha atenção à realidade da vida cotidiana. [...] esta zona contém o mundo que se acha ao meu alcance, o mundo em que atuo a fim de modificar a realidade dele, ou o mundo em que trabalho.

Mas, ainda de acordo com esses sociólogos, da minha realidade cotidiana também fazem parte “[...] zonas que não me são acessíveis” (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 39) por estarem distantes espacial ou temporalmente, mas que ainda assim interferem e, portanto, fazem parte integrante desta mesma vida cotidiana. Como exemplo, é possível citar a prática cotidiana do professor que, por dever de ofício, precisa não apenas estar atento ao mundo da sua sala de aula ou da sua escola, mas também interessar-se pelo mundo da política, onde são concebidas as políticas públicas sobre educação, ou pelo mundo da academia, onde novas pesquisas e novas teorias pedagógicas estão refletindo sobre o espaço da sala de aula.

Ai está o interesse da Sociologia: debruçar-se sobre a realidade da vida cotidiana, buscando estabelecer as relações entre os diferentes atores sociais, sejam eles indivíduos (o professor, o aluno) ou instituições (a escola, a família, o Estado), imersos em estruturas de tempo, espaço, cultura que costumamos denominar de contexto sócio-histórico.

De que modo este procedimento do fazer sociológico pode nos auxiliar no próprio estudo da Sociologia? Como transformar este procedimento da pesquisa sociológica em um método de ensino-aprendizagem da Sociologia da Educação?

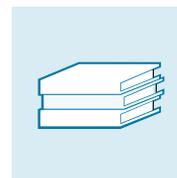
A chave, para nós, será o exercício da contextualização. Mas como você pode contextualizar um texto ou um paradigma sociológico que está estudando? Nossa proposta de contextualização pressupõe dois procedimentos que interagem entre si, primeiramente, a seleção das idéias e informações mais significativas para você que é o leitor do texto e, num momento seguinte, a sua preocupação em inserir o conteúdo estudado no contexto sócio-histórico no qual ele foi elaborado.

Este procedimento exigirá de você uma primeira postura que é a de dialogar com o texto, buscando identificar os motivos e interesses que o prendem a ele. Qual o seu objetivo na leitura daquele texto? Como ele está articulado com o capítulo que está sendo estudado? Como você pode relacioná-lo com acontecimentos da sua vida profissional, da sua existência como cidadão? Não importa qual seja o assunto sobre o qual estamos lendo, nós sempre detemos alguma informação a respeito dele, ou seja, algum conhecimento prévio sobre esse assunto. Assim, sem temor, aplique nesta etapa do seu estudo, os esquemas conceituais, ou esquemas de conhecimento já adquiridos, sejam eles informações jornalísticas, experiências pessoais ou conhecimentos científicos de outras disciplinas ou cursos que você já tenha realizado ou esteja cursando.

Com isto, você estará identificando como o texto estudado se insere no contexto da sua vida e, provavelmente, a leitura passará a fazer mais sentido para você. Sugiro-lhe que dialogue com o texto, buscando identificar em que medida seus interesses e inquietações podem ser contemplados neste estudo. Assim, você de fato estará se predispondo ao estudo, mobilizando-se para a aquisição de novos conhecimentos.

Para saber mais...

De acordo com a concepção construtivista, “Um esquema de conhecimento é conhecido como ‘a representação que uma pessoa possui em um determinado momento de sua história sobre uma parcela da realidade. (...) incluem uma ampla variedade de tipos de conhecimento sobre a realidade, que vão de informações sobre fatos e acontecimentos, experiências e casos pessoais, atitudes, normas e valores, até conceitos, explicações, teorias e procedimentos relacionados com essa realidade” (MIRAS, in COLL, 1999, p.63).

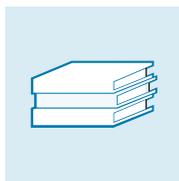


Quanto ao segundo momento, referente ao procedimento da contextualização, o que significa inserir uma obra em seu tempo e lugar, é exigida uma outra postura que você, como leitor(a) estudioso(a) deve adotar: conhecer o contexto sócio-histórico no qual o texto foi escrito. Tal procedimento pressupõe a busca de informações a respeito da obra que você está lendo: procure identificar quem é o autor da obra, a data, o local e outros dados que lhe possibilitarão conhecer o momento histórico no qual ela foi elaborada. Para auxiliar nesta tarefa você deve consultar, no AVA Moodle, o quadro Clássicos da Sociologia: vida e obra, mas pode, também, por sua iniciativa, realizar pesquisas em dicionários, livros e revistas especializadas, bibliotecas ou “sites” da Internet.

Tendo em vista que contextualizar significa traçar as circunstâncias que acompanham um fato ou uma situação, com este procedimento você estará identificando a história da produção da obra lida.

Nasci em certa data, entrei para a escola em outra data, comecei a trabalhar como profissional em outra, etc. Estas datas, contudo, estão todas localizadas em uma história muito mais ampla e esta localização configura decisivamente minha situação. Assim, nasci no ano da derrocada bancária em que meu pai perdeu a fortuna, entrei para escola pouco antes da revolução, comecei a trabalhar pouco depois de irromper a grande Guerra, etc. A estrutura temporal da vida cotidiana não somente impõe sequências pré-determinantes à minha “agenda” de um único dia, mas impõe-se também a minha biografia em totalidade. [...] O relógio e a folhinha asseguram de fato que sou um homem do meu tempo (BERGER; LUCKMANN, 1985, p.46).

Recorrendo mais uma vez aos dois sociólogos citados, é possível perceber que a estrutura temporal condiciona não apenas a historicidade de cada um de nós, mas também a das obras científicas, artísticas que lemos ou fruímos, fazendo delas também obras do seu tempo.



Para saber mais...

Sugiro que você consulte o terceiro capítulo deste fascículo, no qual procurei apresentar as circunstâncias sócio-históricas de surgimento da Sociologia no século XIX, bem como contextualizar a produção dos clássicos da Sociologia: Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber.

Conceituação

Foi afirmado, anteriormente, que a Sociologia investiga aspectos comuns da vida cotidiana, assuntos com os quais as pessoas, por terem certa familiaridade, têm a impressão de conhecer e compreender, e que, portanto, podem perfeitamente ser descritos com termos da linguagem comum. Sendo assim, não lhes parece necessário nem cabível dar-se a ações banais e cotidianas, nomes diferentes e complicados. Mas, é exatamente pelo fato da Sociologia tratar de matéria conhecida por todos, que pode ser descrita com o vocabulário cotidiano, que torna imperiosa a necessidade de se criar uma terminologia específica. É, paradoxalmente, o fato de conhecermos bem e intimamente as instituições sociais que nos rodeiam que pode tornar imprecisa e fluida nossa percepção delas. Na tentativa de buscar explicações científicas a respeito da realidade social que aparentemente conhecemos tão bem, encontramos as mesmas dificuldades que temos para avaliar adequadamente as pessoas com as quais convivemos cotidianamente, como nossos familiares, amigos e até a nós mesmos.

Além disso, nossa linguagem é vaga e imprecisa quando se refere a aspectos da vida social. Observe, por exemplo, o conceito de “classe”, tão importante para a teoria sociológica. Este conceito tem na linguagem corrente diversos significados diferentes: categorias de renda, grupos étnicos, distribuição de acordo com critérios de inteligência, participação no poder político e alguns outros. Portanto, se o sociólogo pretende desenvolver seu trabalho com certo grau de exatidão científica, deve dar a este conceito uma significação precisa e inequívoca.

Assim, para escapar das armadilhas semânticas do uso comum dos vocábulos, a Sociologia cria novas palavras como instrumentos do pensamento para descrever, explicar e compreender as dimensões sociais da vida humana, ou seja, cria os conceitos.

Ely Chinoy (1967, p.14), sociólogo norte-americano, define conceito como “[...] um termo geral que se refere a todos os membros de uma classe particular de objetos, acontecimentos, pessoas, relações, processos, ideias – qualquer que seja sua espécie de unidade ou entidade”. A partir dessa definição, depreende-se que a ciência não existe se não há conceitos.

No entanto, apesar destas constatações, devemos estar sempre alertas para não confundir profundidade científica com aridez de

linguagem. A palavra difícil e incomum só deve ser usada quando for imprescindível para a precisão do pensamento. A título de exemplo: o químico jamais dirá ao garçom “Traga-me, por favor, o ácido anidrossulfaminobenzoico” quando quer apenas açúcar para adoçar o café, mas usará o conceito, e jamais açúcar, nas suas teses científicas. Assim, o uso do conceito não tem o propósito de assustar o leigo, mas descrever, com científica concisão, fenômenos da nossa realidade cotidiana.

No que diz respeito à Sociologia, Anthony Giddens (1978, p. 171), chama nossa atenção para a importância dos conceitos “[...] a Sociologia trata de um universo que já está constituído pelos próprios atores sociais dentro de quadros de significância e o reinterpreta dentro de seus próprios esquemas teóricos”. A teoria, conjunto de conceitos de um determinado campo científico, metodologicamente organizado, tem por função o disciplinamento do conhecimento difuso, ou seja, do olhar disperso e indisciplinado que caracteriza nosso primeiro contato com uma nova obra que pretendemos estudar ou com práticas cotidianas que procuramos pesquisar. Tal disciplinamento do olhar ao longo do estudo da Sociologia, deverá lhe proporcionar o domínio de “saberes” (saber compreender e empregar conceitos, categorias de análise, técnicas de pesquisa, etc.) que lhe permitirá iluminar aspectos e regiões da multifacetada realidade social que o(a) cerca.

Procurando evidenciar a relevância do uso dos conceitos para a ciência Sociologia, quero chamar sua atenção para este segundo procedimento, a conceituação, a ser adotado como estratégia de ensino / aprendizagem da Sociologia, qual seja, o de colocar em destaque, e bem compreender, o referencial teórico sociológico ao qual você será apresentado nesta disciplina, para perceber em que medida o recorte sociológico se diferencia de outros discursos, como o senso comum ou o discurso das demais Ciências Humanas como a História, a Psicologia, a Antropologia, dentre outras.

Compreensão

Qualquer atividade intelectual produz uma certa emoção quando conduz a uma descoberta. Assim, o físico, o biólogo, o astrônomo se emocionam quando, através de uma descoberta, às

vezes inesperada, dilatam os limites do conhecimento humano e aumentam as dimensões do real percebido. Porém, a emoção do sociólogo é de um tipo diferente. Ele vive e investiga dimensões da realidade que são conhecidas por ele e pelas demais pessoas que vivem na sociedade. Estuda acontecimentos, instituições sobre as quais todos têm notícia apenas lendo os jornais ou conversando com seu vizinho. Portanto, a recompensa do trabalho do sociólogo, não é como nas demais ciências, a penetração em mundos desconhecidos, mas sim a descoberta do conhecido, alterando sua significação, ao mesmo tempo em que provoca uma transformação na sua própria consciência.

O fascínio da Sociologia radica no fato de que sua perspectiva nos faz contemplar o mundo no qual passamos toda nossa vida e que julgamos conhecer tão bem, de um novo ponto de vista. O momento crítico em que começamos a sentir a emoção da descoberta sociológica é quando adquirimos um novo discernimento que nos faz duvidar daquilo que supúnhamos acerca do mundo cotidiano, o qual até o momento nos fora tão familiar, prosaico e trivial.

A contínua e surpreendente reorganização da percepção da realidade social, decorrente da investigação sociológica, deu origem à formulação da máxima fundamental da Sociologia, aparentemente tão simples: “as coisas não são aquilo que parecem ser”. Esta máxima nos indica que a realidade social tem diferentes níveis de significação. A apreensão de cada nova dimensão da realidade social altera a compreensão da totalidade. Citando o sociólogo Peter L. Berger (1967, p. 72), podemos melhor qualificar a tarefa da Sociologia “[...] a perspectiva sociológica implica um processo de ‘compreensão’ através das fachadas das estruturas sociais”.

Diante disto, então, apresento-lhe a questão: de que valerá a descoberta de novos campos de conhecimento como a Filosofia, a Sociologia, a Didática se eles não servirem para você adquirir uma nova postura frente ao mundo?

Ao final do seu percurso de estudo da disciplina Sociologia da Educação, espero que a perspectiva sociológica possa possibilitar a você a capacidade de dialeticamente relacionar interpretação e realidade, mostrando-lhe que estudar Sociologia só faz sentido se lhe permitir analisar, com criticidade, a realidade na qual você está inserido(a), agora acrescida de outros enfoques, possibilitando iluminar áreas que até então você não via, pois embora elas já estivessem ali presentes, era seu olhar que não estava “disciplinado” para identificá-las, recortá-las e analisá-las sob outras perspectivas.

Capítulo 2

Construção Social da Realidade
e o Objeto de Estudo Sociológico

2.2 Para Começo de Assunto...

No artigo, “O jovem como sujeito social”, o autor Juarez Dayrell (2003, p.44) afirma:

João é um rapper, integrante do grupo Máscara Negra. Tem 22 anos, é negro e mora com sua mãe e irmão. A mãe trabalhava como cozinheira em bares e casas de família, [...] atualmente aposentada por motivos de saúde. A sobrevivência da família é garantida pela contribuição de todos no orçamento doméstico, sendo que João é o que menos contribui, numa estratégia de liberá-lo para investir na sua carreira musical. [...] João considera que as relações familiares são muito importantes para a sua vida [...]. Todas as vezes que ele se refere à mãe e ao irmão, o faz com admiração, evidenciando a importância que lhes atribui na sua formação. João enfatiza a importância atual da prática do diálogo e das negociações no interior da família no seu amadurecimento, diferente do clima de conflitos constantes quando mais novo (DAYRELL, 2003, p. 44).

Já, a pesquisadora Hebe S. Gonçalves (2005, p. 207-219) em seu artigo “Juventude brasileira, entre a tradição e a modernidade”, ao discutir os dados referentes a uma pesquisa realizada na região metropolitana do Rio de Janeiro, com o objetivo de compreender as trocas sociais entre as gerações, analisa a fala de pais e de filhos, a respeito dos principais problemas da juventude e das formas de enfrentá-los, e afirma:

[...] os jovens entrevistados, grande parte deles oriundos de comunidades pobres, [anunciam] a família como sua mais relevante referência identitária. Ao fazê-lo, eles indicam que reconhecem e valorizam os esforços dos pais em prol de sua geração. [...] No discurso dos pais, [foi possível perceber] que a família segue sendo o pólo de aglutinação social no Brasil, neste início de século XXI. [...] A solução de grupo, o enfrentamento dos problemas da juventude a partir de uma base coletiva que se constrói em torno da família, [...] [e] a centralidade dos valores familiares, amplamente reconhecida, sugere a possibilidade de que essa conectividade tenha um fio condutor: as relações de parentesco. (Gonçalves, In: Tempo Social. 2005, p. 217-219)



Para saber mais...

Pesquise em matérias de jornal e televisão, exemplos atuais que tratem da relação da família com seus jovens membros. A seguir reflita e discuta com seus colegas, a respeito da importância desta forma de coletividade humana, a família, como um grupo social encarregado de promover a socialização das gerações mais jovens, na sua cidade.

Ao selecionar artigos que abordam as relações familiares e sua relevância para a formação dos jovens, estou buscando demonstrar que, um dos focos centrais do estudo sociológico são as relações que se estabelecem entre os indivíduos e a sociedade na qual estão inseridos, esteja ela, a sociedade, representada por instituições como a família, a escola ou por políticas governamentais na área de saúde, educação, ou ainda por valores e ideologias expressas através de concepções religiosas ou da mídia, por exemplo.

Este convite inicial, para você refletir sobre as perguntas suscitadas pelas obras dos autores citados, apenas olhando ao seu redor, refletindo a partir daquilo que você vivencia cotidianamente, pretende levá-lo(a) a pensar sobre como a Sociologia da Educação poderá contribuir para a sua vida profissional como professor e como poderá ajudá-lo a compreender melhor o que ela está fazendo no seu curso. Ao colocá-lo(a) frente a situações e questões perturbadoras como essas, poderá fazê-lo(a) perceber que determinadas representações, ou sejam, determinadas formas de ser e de se expressar a respeito da realidade que nos cerca, não são naturalmente dadas, mas são construções sociais, histórica e culturalmente estabelecidas. Esta é a contribuição que a Sociologia certamente trará para o seu curso. Bem mais simples do que você imaginava, não é?

A intenção deste capítulo não é apresentar uma definição pronta e acabada de Sociologia, mas levá-lo(a) a discutir a respeito dos aspectos da vida social sobre os quais ela se debruça com o intuito de estudar e explicar. Assim, de imediato, e para facilitar sua leitura, vamos arrolar os objetivos orientadores do presente capítulo:

- compreender a especificidade do “olhar sociológico” no estudo de seu objeto;
- identificar a questão central de que trata a Sociologia, ou seja, as relações entre indivíduo e sociedade;
- descrever um determinado aspecto da vida cotidiana, aplicando conceitos de grupo social, grupos primários e grupos secundários;

- definir e exemplificar conceitos básicos da Sociologia tais como: socialização, papel social, instituições sociais, dentre outros;
- estabelecer relação entre cultura, educação e identidade;
- refletir sobre o papel da educação no processo de socialização.

Como já sugeri no capítulo anterior, faça destes objetivos o fio condutor de seus estudos ao longo destas próximas páginas e para isso, utilize o Formulário de Autoavaliação dos Objetivos da Disciplina de Sociologia da Educação, inserido no AVA Moodle.

2.2 O Processo de Socialização e a Vida em Sociedade

Interação Social e Vida Cotidiana

O homem não é um ser que vive isolado. A necessidade de satisfação física e psicológica, de reprodução e de manutenção da própria vida e da vida de seus descendentes levou o homem a agrupar-se, ao longo da história, necessariamente em famílias, comunidades, cidades ou quaisquer outros tipos de coletividade. As necessidades humanas fundamentais exigiram a congregação estável dos indivíduos, acabando por gerar os sistemas sociais. A vida em coletividade levou à formação de agrupamentos humanos organizadamente constituídos, decorrentes das próprias relações estabelecidas entre homens e mulheres.

Toda sociedade humana organizada gera um processo que aglutina os homens e as mulheres que dela participam, num constante fluir de relações e interações. Este processo, que os sociólogos denominam processo social, é definido como o resultado do comportamento e da maneira de ser, pensar e sentir dos homens e mulheres nele inseridos e participantes de uma situação particular de vida em grupo. É tarefa da Sociologia estudar tais processos e as interações sociais que surgem entre os indivíduos que deles participam.

Anthony Giddens (2004, p. 103), sociólogo inglês, define interação social como:

[...] o processo pelo qual agimos face aos que nos rodeiam e reagimos a eles. Quando analisados detalhadamente, muitos aspectos aparentemente banais do nosso comportamento cotidiano acabam por ser aspectos importantes e complexos da interação social. Um exemplo é a contemplação – olhar fixamente para outras pessoas. Na maior parte das interações, o contato visual é relativamente fugaz. Olhar fixamente para um pessoa pode ser entendido como um sinal de hostilidade – ou, em algumas ocasiões, de amor. O estudo da interação é uma área fundamental da Sociologia, esclarecendo muitos aspectos da vida social.

Interagir numa sociedade é existir socialmente: é o complexo de todas as atividades, ações, reações e comportamentos dos homens, interdependentes e reciprocamente. Pode ser compreendido como o processo de influência recíproca ou unilateral entre dois ou mais atores sociais, sejam eles, indivíduos, grupos ou organizações. Assim sendo, o conceito de interação social reflete uma concepção de dinâmica das relações sociais.

John B. Thompson (1998), em sua obra *A Mídia e a Modernidade*, enuncia três tipos ideais de interação social, a saber: a interação face-a-face, a interação mediada e a quase-interação mediada. A primeira delas, a interação face-a-face ocorre em um contexto de copresença, ou seja, os indivíduos devem compartilhar o mesmo ambiente espaço-temporal e é caracterizada por um caráter dialógico, o que implica numa influência recíproca entre os atores envolvidos. Exemplo disso, são as conversas face-a-face que mantemos com familiares e amigos assim como as relações que se estabelecem entre o professor e seus alunos na sala de aula. Já as cartas e as conversas por telefone podem ser consideradas exemplos de interação mediada. Essa forma de interação demanda o uso de algum meio técnico – o papel, no caso da carta, as ondas eletromagnéticas, no caso do telefone – para a transmissão de informações e conteúdos simbólicos, para outros que estejam em contextos espacial e/ou temporal diferentes do nosso, mas ela ainda preserva a dialogicidade e a influência mútua entre os envolvidos no processo de interação.

A quase-interação mediada, por sua vez, é assim chamada por não haver uma reciprocidade interpessoal, sendo que neste caso, a influência é unilateral, já que um dos atores do processo está

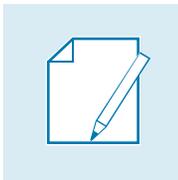
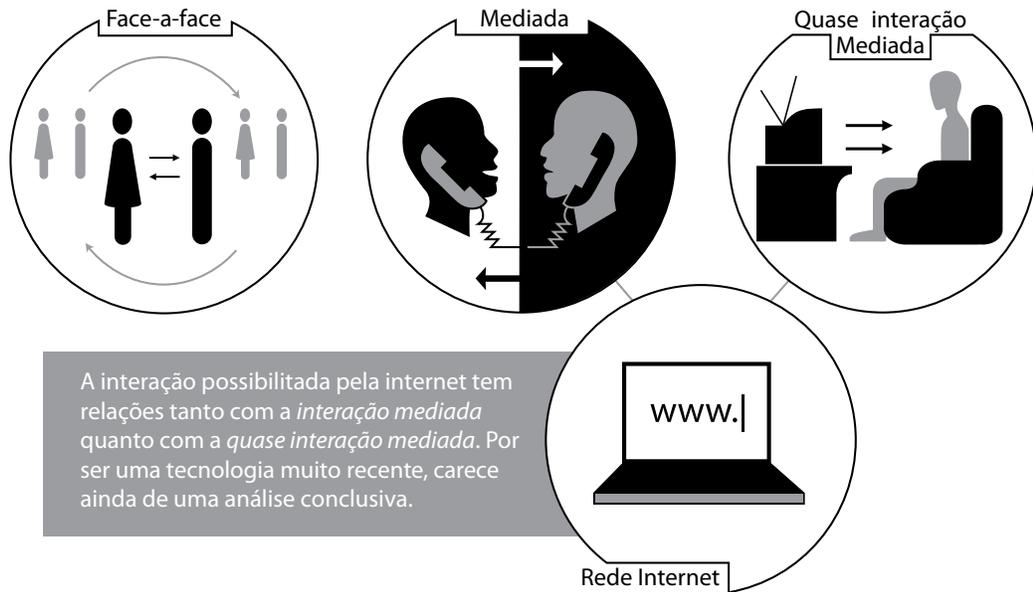
presente apenas de forma indireta, e, desse modo, pode influenciar, mas não pode ser influenciado pelo outro. Pensemos, como exemplo, as relações que mantemos por meio dos meios de comunicação de massa, como jornais, rádio, televisão, dentre outros. As informações e o conteúdo simbólico transmitidos por esses meios se disseminam através do espaço e do tempo, são destinadas para um número sem definição de receptores e seu caráter é preponderantemente monológico, dado que ocorrem em um sentido único.

No estudo destes três tipos diferenciados de interação social apresentados por John B. Thompson (1998), que acompanham a história do desenvolvimento humano e da vida em sociedade, o importante é não os tomar como uma evolução na qual um tipo dominará e excluirá os demais, pois como podemos constatar, os três tipos se fazem presentes na nossa vida cotidiana. O que dizer então, a respeito dos processos de interação social característicos da sociedade contemporânea, quando as chamadas novas tecnologias da informação e da comunicação nos cercam e nos acompanham onde quer que estejamos, em casa, no trabalho, na sala de aula, no cinema. Na década de 1990, pudemos assistir ao desenvolvimento de um fenômeno significativo no mundo das telecomunicações: o aumento do número e a popularização do uso de telefones celulares. Através dessa tecnologia, podemos “[...] acessar a Internet [...] para efetuar tarefas que vão desde negócios bancários, compra de ingressos e passagens até a leitura das manchetes dos jornais e o controle dos preços das ações” (GIDDENS, 2004, p. 379). Mas também, pais e mães controlam seus jovens filhos que estão na escola ou saíram com amigos; o encanador e o electricista buscam novos clientes.

E em relação à Internet, então? Mais uma vez, recorremos à obra de Anthony Giddens (2004, p. 379):

A difusão da Internet pelo globo trouxe questões fundamentais para os sociólogos. A Internet está transformando os contornos da vida diária – confundindo os limites entre o global e o local, apresentando novos canais de comunicação e interação e permitindo que um número cada vez maior de tarefas cotidianas sejam executadas on-line. Porém, ao mesmo tempo que ela oferece novas e instigantes oportunidades para explorarmos o mundo social, ela também ameaça enfraquecer as relações humanas e as comunidades.

Tipos de Interação



Para saber mais...

Pesquise e reflita sobre a relevância das novas tecnologias da comunicação e da informação em nossa vida, procurando exemplos, especialmente no ambiente escolar, já que voltaremos a discutir esse tema no último capítulo do nosso fascículo.

Socialização e os Diversos Agrupamentos Sociais

Você já deve ter ouvido ou contado a uma criança a estória infantil de “Mogli, o menino lobo”. Mas a história de “Amala e Kamala - as meninas-lobo” não é ficção, é um fato verídico ocorrido na Índia na década de 1920. As crianças, que foram encontradas vivendo com lobos, não sabiam falar, não andavam eretas, não sorriam nem choravam e não sabiam manusear determinados utensílios. Como foram privadas do contato humano, não desenvolveram características humanas de comunicação, pensamento e ação. Sem o contato com outros seres humanos, não foram capazes de se humanizar. Esse relato nos permite compreender que é vivendo em sociedade, que aprendemos não só a sermos seres sociais, mas a sermos seres humanos. É no convívio social que adquirimos nossas características humanas.

Para saber mais...

Acesse as informações sobre Amala e Kamala - as meninas lobo - disponíveis em: <http://www.via6.com/topico.php>



Considerando, então, a vida humana como uma vida coletiva, “compreender os grupos em que vivem [os homens] é, portanto, de crucial importância [...]” (CHINOY, 1967, p. 45) e, para tanto, a Sociologia tem trazido contribuição desde a sua origem no século XIX.

É no convívio social, na vida em coletividade, que nos socializamos. Socialização é um conceito sociológico, que pode ser definido como o processo pelo qual um indivíduo aprende a ser membro de uma sociedade, por meio da transmissão de modos de pensar, sentir e agir de um determinado grupo social. Pode ser compreendido como um processo de interiorização, conforme encontramos no texto de Peter L. Berger e Brigitte Berger (in FORACCHI; MARTINS, 1998, p. 204)

Esse termo significa que o mundo social, com sua multiplicidade de significados, passa a interiorizar-se na consciência da criança. Aquilo que anteriormente era experimentado como alguma coisa existente fora dela [da criança] agora pode ser experimentado dentro dela.

A socialização é mais intensa na infância e adolescência, como é fácil de ser percebido, mas deve ser entendida como um processo contínuo, permanente, que nos acompanha ao longo de toda vida. O processo de socialização divide-se em: socialização primária e socialização secundária.

Na socialização primária, que se caracteriza por relações de maior proximidade afetiva, destacam-se as pessoas mais próximas à criança. Na socialização secundária destacam-se outras instituições sociais, e o seu papel seria o de inserir as pessoas em grupos sociais específicos.

A socialização primária ocorre nos grupos primários, enquanto a socialização secundária, nos secundários.

Os grupos primários são aqueles que, primeiramente, em termos de temporalidade e também em importância, nos recebem e preparam para a vida social, moldando nossa personalidade e reforçando os ideais da sociedade na qual nascemos e para a qual estamos sendo preparados. Nestes agrupamentos primários, as interações sociais primam pelo contato direto, pelas relações face-a-face entre seus participantes, propiciadas pela vivência de experiências concretas e imediatas que visam à inserção do indivíduo no todo social, ao fazer com que ele mesmo reconheça a sociedade como sendo sua, quer dizer, atuando no processo de construção de sua identidade de ser humano e ser social que é capaz de estabelecer não apenas quem ele é, mas, também, como os outros membros o consideram e o que esperam dele. Como exemplos, podem ser citados a família, a vizinhança e os grupos de colegas e, especialmente na nossa sociedade, a escola, já que desde o início da infância, muitas crianças já frequentam esta instituição social.

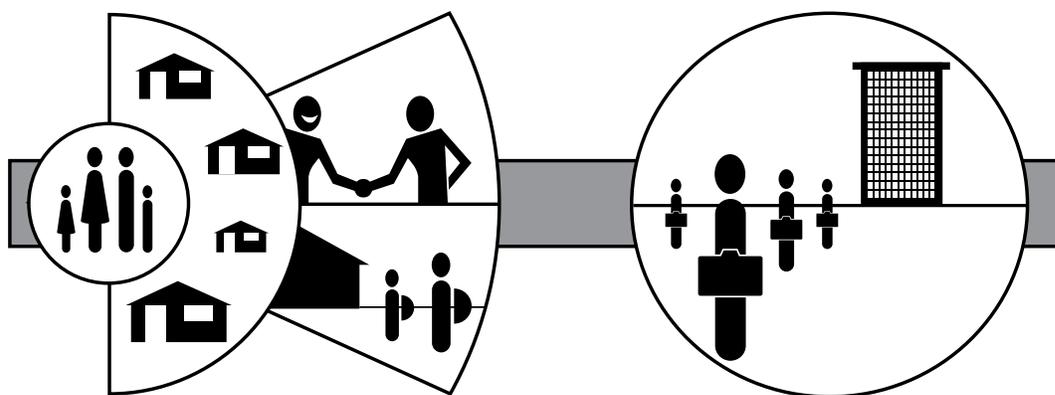
Já os grupos secundários são associações de pessoas que não possuem relações íntimas e diretas entre si. São grupos normalmente mais numerosos e especializados. Esses grupos são definidos pelos sociólogos alemães Theodor W. Adorno e Max Horkheimer (1973, p.72), como:

[...] grupos ordenados de uma forma racional, com objetivos utilitários e usualmente heteronômicos. [...] como o pessoal de uma empresa, o partido político, a associação de interesses econômicos e semelhantes [...]. Nos grupos racionais utilitários, o ajustamento é freqüentemente forçado [...] O vínculo do puro interesse prepondera sobre toda e qualquer emoção e dá ao grupo a sua tônica (HORKHEIMER; ADORNO (org.), 1973, p. 72).

Grupos Sociais

Primário

Secundário

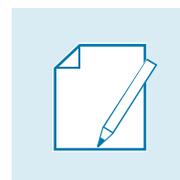


Composto pelos membros da família, vizinhos e amigos, isto é, pessoas que cultivem relações íntimas em determinado grau.

Refere-se a grupos que partilhem interesses práticos, geralmente econômicos, tomando como exemplo a equipe de uma empresa.

Para saber mais...

Sugiro que tome como exemplo as relações que se estabelecem entre os atores sociais em uma escola, seja ela pública ou privada. Reflita, agora, sobre a posição ocupada pelos indivíduos que dela participam (o estudante, o professor, os membros do corpo pedagógico, dentre outros) e, pela sua experiência, atribua-lhes ações e comportamentos característicos dentro da estrutura escolar. Como futuro profissional da educação, você também fará parte de uma estrutura como essa. Que ações e comportamentos você acredita que serão esperados de você, em função do cargo ocupado?



A caracterização desses dois tipos de grupos - primários e secundários - demonstra a importância que a Sociologia atribui aos grupos sociais, tanto para os indivíduos quanto para a sociedade, pois evidencia a função deles não apenas na infância, no início do processo de socialização dos pequenos seres humanos, mas marca o papel e a relevância dos grupos ao longo da vida dos indivíduos.

Max Horkheimer e Theodor W. Adorno (1973), analisando a importância dos grupos sociais, destacam sua função mediadora entre os indivíduos e o todo social e a impossibilidade de existência da sociedade sem a presença dos agrupamentos. Eles escrevem que: “Na tensão entre o indivíduo e a sociedade, a divergência do universal

e do particular implica, necessariamente, que o indivíduo não se insere de forma imediata, mas, através de instâncias intermediárias [...]” (Horkheimer; Adorno, (org.), 1973, p. 61).

Para finalizar este subitem, discutiremos sobre outro importante conceito para a Sociologia: o de papel social.

Praticamente em todas as sociedades e nos grupos sociais que as constituem existem diferenças sociais entre um indivíduo e outro. De fato, em todos os meios existem atribuições e conceitos pré-estabelecidos que definem uma hierarquia, mesmo que subjetiva, na qual uma pessoa possui maior prestígio e privilégio que outra, ou seja, possui um maior *status* social. Um médico, por exemplo, em nossa sociedade, dispõe de maior prestígio perante a sociedade do que um pedreiro.

Toda sociedade compreende um sistema de status ou posições. Status é a localização do indivíduo na hierarquia social, de acordo com sua participação desigual da riqueza, do prestígio e do poder [...] É próprio da condição social do homem ocupar posições com direitos e deveres pré-estabelecidos independentemente do indivíduos. Onde quer que esteja o indivíduo na sociedade, ele estará ocupando uma posição (Vila Nova, 1995, p. 107).

O *status* social pode ser classificado em:

- status atribuído: quando o indivíduo já nasce com certos conceitos e supostas qualidades pré-estabelecidas, como por exemplo, sexo, idade, laços de parentesco, classe social, etc.;
- status adquirido: é aquele que o indivíduo obtém por meio de seus esforços, qualidades e habilidades pessoais. Os status que uma pessoa adquire ao longo da vida como resultado do estudo e do trabalho são, portanto, status adquiridos. Como exemplo, temos os status ocupacionais.

Da mesma forma que a sociedade provém certos indivíduos de privilégios, prestígio e reconhecimento, ela também exige que esses indivíduos possuam certas atribuições e comportamentos, ou seja, a sociedade cobra papéis sociais.

Definindo, então, podemos dizer que papel social é o comportamento que o grupo social espera de qualquer pessoa que ocupe determinado *status* social, ou seja, ao efetuar os direitos e deveres que constituem o *status*, o indivíduo está desempenhando um papel.

Status e papel social são coisas inseparáveis e só os distinguimos para fins do estudo sociológico. Não há *status* que não corresponda a um papel social. E vice-versa. As pessoas sabem o que esperar ou exigir do indivíduo, de acordo com o *status* que ele ocupa no grupo ou na sociedade. E a sociedade sempre encontra meios de cobrar e punir os indivíduos que não cumprem o seu papel.

2.3 Cultura e Sociedade

O termo cultura deve ser considerado como a maneira de um determinado grupo social viver e compreender a vida. É o conjunto dos padrões de comportamento dos homens, o patrimônio das criações materiais e intelectuais de uma sociedade, seus valores e tradições. Entre os homens existem sempre fatores em comum, que estabelecem as regras do comportamento do todo social. Em consequência, a maior parte das pessoas em uma sociedade reagirá, geralmente, da mesma forma, a uma situação dada. Por exemplo, é comum na nossa sociedade, tomar uma refeição por volta da metade do dia; quem não o faz, está, de alguma forma, quebrando uma regra. Um consenso acaba por ser considerado um padrão cultural.

A cultura é, dessa maneira, um guia indispensável em todos os campos da vida. Como a reação da maioria a uma dada situação é mais ou menos comum, torna-se fácil prevermos os comportamentos de outras pessoas. A cultura é necessária tanto para o funcionamento como para a conservação de uma sociedade. Como exemplos, podemos citar tanto a língua empregada como fator predominante de comunicação entre os indivíduos, quanto a estrutura social, ou seja, a forma de organização de uma sociedade (sistema de castas na Índia e a estrutura de classes sociais das sociedades ocidentais).

Cada sociedade transmite às novas gerações o patrimônio cultural que recebeu de seus antepassados, por isso, a cultura é chamada de herança social. A aquisição e perpetuação da cultura são processos sociais e não biológicos, resultantes da aprendizagem. Desde que nasce, o indivíduo é influenciado pelo meio social em que vive.

Cada cultura possui um modo de vida próprio, particular, que a caracteriza. Os indivíduos que compartilham a mesma cultura apresentam o que se costuma chamar de identidade cultural, que se manifesta no gestual, roupas, danças, música, comida, idéias, representações, sentimentos, etc.

Questão bastante significativa quando se fala sobre o tema é a da transmissão da cultura, como o processo de aprendizagem pelo qual passam todos os indivíduos de um grupo social. A cultura de uma sociedade é transmitida de geração em geração exatamente por meio do processo de socialização, consubstanciado na transmissão de valores, nos conhecimentos, nas técnicas, nos modos de vida, nos hábitos que constituem a cultura do grupo.

Cristina Gomes Machado (2002, p. 23) nos apresenta um exemplo:

[...] um bebê japonês, nascido no Japão de pais japoneses, descendentes de numerosas gerações de ancestrais que falam japonês. Confiemos esse bebê, imediatamente depois de nascer, a um casal de franceses, que o adotam legalmente e o criam como seu filho. Suponhamos que se passem 20 anos. Será necessário debater sobre qual língua falará esse jovem japonês?

Ely Chinoy (1967, p. 70), abordando a íntima relação entre cultura, sociedade e indivíduo, destaca que este não deve ser considerado um simples gravador da cultura de seu grupo social, e chama a nossa atenção para aspectos significativos desta relação:

Em grande medida, o indivíduo pode ser considerado um produto de sua sociedade e cultura. Ao nascer, o ser humano possui um equipamento físico mais ou menos distinto, [...] Mas os traços genéticos e as potencialidades individuais só se revelam e adquirem significação no decorrer da experiência no meio social e cultural. Os seres humanos são grandemente plásticos; possuem escassos padrões de comportamento fixos, herdados. Mas não [...] há limites para sua maleabilidade [...].

Nas sociedades contemporâneas, principalmente devido ao desenvolvimento das relações mercadológicas e ao desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação e transporte, tornou-se comum a aceitação de traços culturais estranhos aos hábitos de uma sociedade que nela são admitidos, e, às vezes, até incorporados. Tal fato tem trazido para a discussão, tanto no discurso científico quanto na imprensa e, inclusive no espaço escolar, a questão da diversidade cultural e do multiculturalismo como uma importante característica da sociedade atual.

Aspectos materiais e não-materiais da cultura

No artigo “Afinal, o que é cultura?” o autor Robson dos Santos (2007, p. 28) esclarece que cultura é referente tanto “[...] aos modos de organização das diversas sociedades e das diferenças que as marcam externa e internamente, como ao conjunto das obras e atividades intelectuais e artísticas, isto é, música, literatura, pintura, etc”.

Costumamos distinguir a cultura em dois setores: a cultura material e a cultura não-material. A cultura material é constituída pelos artefatos e objetos em geral como os utensílios, ferramentas, máquinas, etc. No interior do nordeste brasileiro, por exemplo, a alimentação é à base de mandioca (aipim), as redes são utilizadas como camas, as casas são cobertas com folhas de palmeira. O modo de vida é fundamentado nestas particularidades.

A cultura não-material compreende, como a expressão denota, o domínio das idéias, como as normas sociais, religião, costumes, ideologia, ciências, artes, etc. Para exemplificar, podemos citar as leis constitucionais, os conhecimentos, as técnicas, os valores, as normas, as crenças, a ética, dentre outros.

Existe uma interdependência entre a cultura material e a não-material, considerando que a cultura material, muitas vezes, presentifica ou materializa a dimensão não-material. Como exemplo, vê-se: a religião como elemento não-material e o templo como cultura material.

Elementos constitutivos da cultura

A cultura é um sistema, um conjunto de elementos ligados estreitamente uns aos outros. Os principais elementos de uma cultura são: os traços culturais, o padrão cultural e a subcultura, dentre outros.

Os traços culturais são os elementos mais simples de uma cultura, eles são as unidades culturais e só possuem um significado quando considerados dentro de uma cultura específica. Alguns elementos podem ser um simples adereço para um grupo e, para outro, possuir um significado mágico ou religioso, como um terço

para os católicos, a Bíblia para um cristão e um celular de última geração para um grupo de jovens de determinado nível sócio-econômico. Somente dentro de determinada cultura se pode entender um determinado traço cultural. O carnaval seria um exemplo, pois reúne um conjunto de elementos ou traços culturais como a música, os carros alegóricos, instrumentos musicais, as fantasias e adereços, a espontaneidade do comportamento, etc.

Padrão cultural é uma norma de comportamento estabelecida pela sociedade. Usualmente, os indivíduos obedecem às normas estabelecidas pela sociedade em que vivem e, agindo de uma forma semelhante, expressam os padrões culturais do seu grupo. A monogamia é um padrão da sociedade brasileira.

Outro conceito significativo para nós é o de subcultura. Subcultura significa parte de uma cultura maior, da qual os indivíduos de uma sociedade ou grupo fazem parte, a exemplo dos pomeranos do interior do Espírito Santo, que possuem seus próprios símbolos, modos de vida e até a língua diferenciada. Os jovens na sociedade contemporânea constituem um outro exemplo, pois apresentam costumes que os diferenciam dos adultos. Por isso, também se fala de uma subcultura juvenil, com seus comportamentos, gírias, formas de se vestir e de se comportar bem específicas; daí porque são comumente chamados de “tribos urbanas”.



Para saber mais...

Leia, no AVA Moodle, o artigo de Juarez Dayrell, “O jovem como sujeito social” o exemplo de uma pesquisa que tem como objeto de estudo os jovens, a cultura e o lazer.



Atividade de Avaliação

1. Reflita sobre a seguinte afirmação: ao adquirir cultura, o homem passou a depender mais do seu aprendizado do que dos comportamentos geneticamente determinados. A partir da sua reflexão, estabeleça a relação entre cultura e educação.
2. Elabore um resumo apresentando as principais características que definem os conceitos de grupos primários e de grupos secundários. Testando sua capacidade de aplicação dos dois conceitos, apresente exemplos encontrados no seu cotidiano de grupos primários e de grupos secundários.

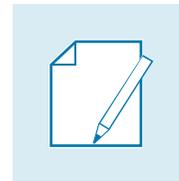
3. Considerando os conceitos de status e de papel social, responda:

a) defina status e papel social e, em seguida, relacione-os;

b) diferencie os conceitos de status atribuído e status adquirido, formulando exemplos considerando os comportamentos aprendidos na escola.

4. Leia no AVA Moodle, o artigo “Educação não tem cor”, assinado por Roberta Bencini e publicado na revista Nova Escola, de novembro de 2004, pela Editora Abril. Escreva um comentário, relacionando o texto lido e o conceito de cultura que estudamos neste capítulo.

Retome o formulário de Autoavaliação dos Objetivos da Disciplina de Sociologia da Educação, que você completou no início deste capítulo e faça sua autoavaliação. Discuta com seu o tutor presencial, os seus avanços e as suas dificuldades.



Capítulo 3

Os Paradigmas Clássicos
e a Sociologia da Educação

3.1 O Contexto Histórico de Nascimento da Sociologia

O surgimento da Sociologia como campo específico de conhecimento, ou seja, como ciência, data da primeira metade do século XIX. Tem, no entanto, como causa uma série de acontecimentos que constituíram o conjunto de transformações para o estabelecimento da moderna sociedade capitalista. Foram, portanto, as transformações sócio-econômicas e políticas que assinalaram a superação da ordem medieval e a constituição de uma nova sociedade e de um novo modo de produção. Associadas a mudanças na forma de viver e pensar e ao desenvolvimento do método científico em outros setores do conhecimento humano, no caso das chamadas Ciências Naturais, criaram as condições históricas para a organização da Sociologia como ciência da sociedade. A Sociologia nasce, assim, com o fim de estudar e compreender o “caldeirão” de mudanças, conflitos e contradições que brotam do desenvolvimento da sociedade moderna.

Desenvolvimento do Capitalismo e a Formação do Pensamento Social Moderno

A Revolução Industrial e a nova ordem social e econômica

A Revolução Industrial não deve ser entendida como um acontecimento único, mas, como um termo geral utilizado para explicar uma série de transformações sociais, econômicas e culturais que mudaram a Europa e, posteriormente, a sociedade mundial ao longo dos séculos XVII e XIX. Ela teve seu início na Inglaterra, nação que mais facilmente conseguiu acumular o capital necessário para tal empreendimento, fortalecendo uma camada da sociedade enriquecida pela atividade do comércio que ficou conhecida como burguesia. Este novo grupo social foi levado,

pelo próprio movimento do capital, a introduzir modificações na atividade manufatureira, ainda de natureza artesanal, doméstica e marcadamente rural.

Dentre as transformações econômicas ocasionadas pela Revolução Industrial podemos citar: o surgimento da fábrica como espaço de produção de mercadorias; a mecanização da produção e a divisão social do trabalho que se implantam como forma dominante no processo produtivo; a necessidade de grande investimento de capital para investir em maquinaria e o aparecimento do lucro gerado no processo de produção e não mais na compra e venda de mercadorias, ou seja, no comércio.

Este conjunto de reformas conduziram à criação do proletariado e do empresário capitalista; o primeiro, assalariado e sem acesso à propriedade dos meios de produção e, o segundo como proprietário do capital e detentor da função de organizar a atividade produtiva industrial.

A Revolução Industrial traduziu-se também em profundas mudanças na estrutura da sociedade como: a migração da população rural para os centros urbanos, o dismantelamento da família patriarcal, o emprego de mulheres e crianças em extensas jornadas de trabalho nas unidades fabris, a transformação de hábitos, costumes e valores. Maria Stella M. Bresciani (1990), em seu livro *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*, ilustra essa afirmação:

A população de Londres em geral crescera muito – duplicara entre 1821 e 1851 e novamente dobrara nos cinquenta anos seguintes, fazendo com que o espetáculo de suas ruas adquirisse proporções [...] assustadoras. Toda agitação [...] se compõe com milhares de homens e mulheres no trânsito cotidiano de suas casas para seus empregos, resultado evidente do declínio do sistema doméstico de produção (BRESCIANI, 1990, p. 50).

A Revolução Francesa e a nova ordem política e ideológica

A Revolução Francesa iniciada em julho de 1789, abrangeu um período de dez anos (1789/1799) e ocorreu paralelamente a Revolução Industrial na Inglaterra. Estes dois eventos históricos constituem as duas faces de um mesmo processo: a consolidação do regime capitalista moderno e a ascensão da burguesia, como classe dominante deste modo de produção.

Este movimento revolucionário, ocorrido na França, levou à superação do Absolutismo como regime político e à substituição das estruturas de poder do Antigo Regime que, foram sendo substituídas por outras, mais apropriadas ao novo Estado burguês. A Revolução Francesa eclodiu com a forma das revoluções populares, e acabou por se generalizar, ao longo do século XIX, para outros países da Europa Ocidental, para os Estados Unidos da América e até para as colônias da América Latina, como o Brasil, por exemplo.

A Revolução Francesa possibilitou a institucionalização do modo de produção capitalista: (a) no plano político, com a queda do Antigo Regime (caracterizado pelos privilégios à nobreza e pelo poder absoluto dos reis) e, (b) no plano ideológico, com a formação de uma nova concepção de mundo, o Iluminismo, que era, de fato, a propagação da visão burguesa de sociedade para as demais classes sociais.

Como principais características do Iluminismo, além da crítica ao Absolutismo, podemos citar: a valorização do culto à razão humana e a conseqüente predominância da ciência como medida de explicação para todas as coisas; a crítica à intolerância religiosa; a crença no aperfeiçoamento do homem; a valorização da liberdade individual de expressão, da propriedade privada e, ainda, a propagação dos ideais de igualdade, liberdade e fraternidade.

	Revolução Francesa	Revolução Industrial
Onde?	França	Inglaterra
Quando?	Entre 1789 e 1799	A partir do final do século XVIII
Quem começou?	Burguesia	Burguesia Industrial
Por quê?	Visava-se principalmente a expansão do modo de produção capitalista	Em busca de maior lucratividade, almejando a acumulação de capitais.
Contra quem?	Contra a nobreza, dessa forma, o movimento se caracterizou pela intensa crítica ao Absolutismo.	Contra o Feudalismo, cujo modo de produção ia de encontro com as bases do Capitalismo.

Pensamento social moderno: racionalismo e liberalismo como formas de representação da realidade

Entre os séculos XVII e XVIII, o capitalismo foi se desenvolvendo em alguns países da Europa, e foi sendo acompanhado pelo desenvolvimento de novas técnicas de produção e comercialização de bens que acabou por envolver a participação das Ciências Naturais. Para a expansão da produção, era necessário conhecer as propriedades da matéria e, a Revolução Industrial buscou em algumas ciências como a Mecânica, a Física e a Química um conjunto de conhecimentos e tecnologias para apoiá-la. Com isto, verificou-se entre as Ciências Naturais um grande progresso, inclusive na perspectiva metodológica: para se constituírem como uma forma de análise dos fenômenos naturais, diferenciada da metafísica e das interpretações tradicionais como a religião, elas passaram a desenvolver um método específico de observação da realidade. Era o nascimento do método experimental-dedutivo, que exigia dos cientistas a decomposição dos objetos estudados em partes e a análise de cada parte isoladamente.

Esta nova forma de conceber não só a ciência, mas, todas as demais instâncias da vida, foi sendo difundida por toda a Europa e até fora dela, com o desenvolvimento da imprensa, das associações de cientistas e, extrapolou o campo das Ciências Naturais, influenciando a Filosofia, a História e os pensadores sociais que buscavam explicações para os acontecimentos políticos, econômicos e sociais que avassalavam o mundo ocidental.

Dentre estes pensadores, podemos destacar, no campo da política, aqueles que passaram a criticar as instituições do Estado Absolutista, manifestando-se pela restrição do poder real e criticando a política econômica do Mercantilismo, com sua constante intervenção do Estado na economia, o que limitava o direito de propriedade. Este novo pensamento representou a teorização dos interesses econômicos e políticos da ascendente burguesia.

Esta concepção teórica, chamada de Liberalismo, pode ser assim resumida:

- do ponto de vista político, defende o princípio democrático para a escolha de representantes através do voto do povo, estabelecendo a democracia como regime de governo;

- do ponto de vista econômico, defende a propriedade privada dos meios de produção e a livre troca de mercadorias, decretando o fim do Mercantilismo.

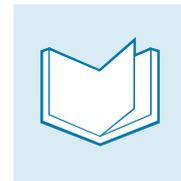
Atividade de Aprendizagem

Elabore um resumo do item 3.1.1 Desenvolvimento do Capitalismo e a Formação do Pensamento Social Moderno. A seguir, leia, no AVA Moodle, o texto “A aurora dos novos tempos” de Bertold Brecht, identificando os acontecimentos históricos narrados pelo autor, com o objetivo de complementar o contexto histórico de nascimento da Sociologia. Você pode, também, pesquisar em livros, revistas especializadas, “sites”, etc, informações sobre este período histórico e complementar o resumo realizado. Discuta e enriqueça seu resumo em conversas com os seus colegas e o seu tutor presencial.



Para saber mais...

Você pode consultar na Biblioteca Central da UFES a obra *Para Compreender a Ciência: uma perspectiva histórica* elaborada por Maria Amália Andery e outros Professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Essa obra poderá auxiliá-lo(a) na compreensão dos fatos históricos e das transformações do período.



3.2 Émile Durkheim: A Sociedade como Universo Moral

“Uma sala de aula, com efeito, é uma pequena sociedade”.

Para começo de assunto...

“Uma grande reforma está sendo anunciada como próxima em nosso ensino secundário. [...]. Numa escola [...] primária, cada classe, [...] está nas mãos de um só e único professor; [...] o ensino dado possui uma unidade toda natural, uma unidade muito simples, que não precisa ser cientificamente organizada [...]. Não é assim nas séries seguintes, onde os diversos ensinamentos recebidos por um mesmo aluno costumam ser dados por professores diferentes. Existe aí uma verdadeira divisão do trabalho. [...] um professor de letras, um professor de língua, outro de história, outro de matemática, etc. [...] O ensino secundário está atravessando, há meio século, uma grave crise que ainda não chegou à sua conclusão e parece estar longe disso. Todo mundo sente que não pode continuar sendo o que é, mas sem ver ainda com clareza o que poderá tornar-se. Daí todas essas reformas que se sucedem quase que periodicamente, que se completam, corrigem-se, às vezes também se contradizem umas as outras, atestando ao mesmo tempo as dificuldades e a premência do problema. A questão, aliás, não é própria do nosso país. Não há um grande Estado europeu onde ela não seja formulada e em termos quase idênticos. Por toda parte, pedagogos e homens de Estado estão conscientes de que as mudanças ocorridas na estrutura das sociedades contemporâneas, em sua economia interna, bem como nas suas relações externas, necessitam transformações paralelas e não menos profundas nessa parte especial de nosso organismo escolar. [...] Enquanto a indecisão reinar nas mentes, não há uma decisão administrativa, por mais sábia que seja, que possa acabar com ela. É preciso que esse grande trabalho de reforma e reorganização, que é necessário, seja obra da própria corporação que é chamada a fazer-se e reorganizar-se. [...]. Assim, não há nada mais urgente do que ajudar os futuros professores de nossas escolas a formar coletivamente uma opinião sobre o que deve tornar-se o ensino que será de sua responsabilidade, os fins que deve procurar, os métodos que deve utilizar” (DURKHEIM, 1995, p. 11-16).

Leia a seguir, trechos selecionados do artigo de Cláudio de Moura Castro “O ensino médio congestionado”, publicado na revista *Veja*, publicado na data de 02 de maio de 2007:

“Um aluno fez uma bela descrição do ensino médio. Segundo ele, quando cursava o fundamental, estudava coisas interessantes. Caminhando pelas ruas [...], via no mundo real o que havia aprendido na escola. Ao galgar o médio, olhando na rua, não via nada do que havia aprendido. Era tudo abstrato e distante do mundo real. [...]. [...] o médio é o nível mais engasgado. [...]. Tem demasiadas missões [...]. Preparar para o trabalho [e] preparar para o ensino superior. [...] É universal a existência desses conflitos de objetivos. Mas cada país tem sua fórmula própria para enfrentá-los, refletindo a sua história e cultura” (CASTRO, In: *Veja*. 2007, p. 26).

Considerado um dos fundadores da Sociologia, Émile Durkheim dedicou parte de seus estudos à explicação das relações estabelecidas entre indivíduo e sociedade, buscando demonstrar a relevância destas relações para a manutenção da coesão e o grau de integração nas sociedades. Para tanto, ele criou conceitos como “fato social”, “reino moral”, “solidariedade mecânica” e “solidariedade orgânica”, que estudaremos mais adiante. Meu objetivo neste item 3.2, referente ao paradigma durkheimiano, partindo de sua análise sobre os problemas que ele identificou, como característicos do nível médio de ensino na sociedade francesa do século XIX, é procurar demonstrar a atualidade das explicações e dos conceitos formulados pela Sociologia em fins do século XIX e início do XX e a capacidade que alguns deles ainda possuem de explicar e iluminar os fenômenos sociais da vida contemporânea.

Para Durkheim, os fenômenos sociais quando sociologicamente estudados devem ser denominados “fatos sociais” e, como tais, devem ser considerados e observados como se fossem coisas. A sua característica específica é o poder de coerção que têm sobre os indivíduos. Há quem resuma nessa fórmula o esforço intelectual deste pensador no sentido de lançar os fundamentos da sociologia científica. Mas o alcance do seu trabalho é bem maior: até hoje suas contribuições estão no centro dos debates de sociólogos, antropólogos, pedagogos, juristas, etc.

Assim, considerando a importante contribuição que o paradigma durkheimiano poderá trazer para a compreensão da sociedade e de seus processos sociais, vamos estudar, em linhas gerais, alguns aspectos mais significativos da sua obra, orientados pelos objetivos que descrevo a seguir:

- conhecer e situar a vida e a obra de Émile Durkheim no panorama do século XIX, quando as grandes transformações oriundas da sociedade moderna passam a despertar o interesse dos estudiosos para os principais problemas sociais;
- destacar sua importância para o nascimento da Sociologia como ciência, considerando que coube a ele o estabelecimento das bases científicas para o estudo da sociedade;
- conhecer a contribuição da sua teoria para o desenvolvimento da Sociologia ao longo do século XX, nas mais variadas áreas do conhecimento humano, como nos estudos sobre educação, comunicação, pesquisa eleitoral, direito, dentre outros;
- compreender a atualidade do pensamento de Durkheim, assim como as marcas de sua influência na Sociologia;
- diferenciar os conceitos de consciência individual e consciência coletiva no estudo sociológico durkheimiano;
- identificar teoricamente e exemplificar fatos sociais;
- compreender por que Durkheim coloca o social e o individual como duas esferas independentes na realidade humana;
- distinguir e explicar os conceitos de solidariedade mecânica e solidariedade orgânica;
- conhecer e aplicar alguns de seus conceitos fundamentais, especialmente, aqueles relacionados à Sociologia da Educação.



Émile Durkheim e o desenvolvimento da Sociologia como ciência

Durkheim é um homem do seu tempo. Nascido em uma família judaica, na cidade de Epinal, na Lorena – França, no ano de 1858, frequentou a Ecole Normale Supérieure em Paris, tendo estudado com importantes intelectuais que muito influenciaram a vida política e cultural francesa. Essa trajetória lhe permitiu levar a cabo o projeto de institucionalização da Sociologia, contribuindo, assim, para alçá-la ao status de ciência.

Atividade de Aprendizagem

Para melhor contextualizar a vida desse sociólogo francês, recomendo-lhe que consulte no AVA Moodle, no texto *Clássicos da Sociologia: vida e obra*, os principais fatos e eventos que envolveram sua produção sociológica. Você pode consultar ainda o “site”: <http://www.culturabrasil.pro.br/durkheim.htm> onde encontrará muitas informações para complementar seus estudos.



A produção sociológica de Émile Durkheim foi muito influenciada pelo clima intelectual francês do século XIX, tendo dialogado com pensadores como Herbert Spencer e Augusto Comte. Nesse período histórico, a sociedade européia enfrentava profundas crises sociais e econômicas geradas pelo desenvolvimento da industrialização, da urbanização, enfim, do desenvolvimento do modo de produção capitalista. A preocupação com a situação social da época levou alguns filósofos e estudiosos a interpretar as revoluções políticas e sociais à luz de uma teoria da história que se fez muito presente na formação do Positivismo de Augusto Comte e do Organicismo de Herbert Spencer.

Mas, nenhuma outra corrente de pensamento foi tão fundamental para o nascimento da Sociologia quanto o Positivismo, oriundo do século XIX, com o propósito de reorganizar a sociedade moderna tão esfacelada e conflituosa. Augusto Comte, nascido na França em 1798, acreditava que a sociedade moderna havia adoecido, o que poderia causar o esgarçamento do organismo social, sendo necessário, então, a busca de um remédio adequado. Todavia, de acordo com ele, a terapia para os males sociais, da mesma forma que para as doenças dos organismos biológicos, não resultaria de uma reflexão abstrata e metafísica, mas, pelo contrário, só poderia ser fruto de uma rigorosa e metódica pesquisa científica. A partir de tais concepções, Comte propõe sua Filosofia Positiva, que ele mesmo, mais tarde, denominaria Sociologia, como a ciência que coroaria a evolução do ser humano, ao aplicar o método científico, empregado pelas Ciências Naturais, ao estudo dos fenômenos sociais.



Tendo em vista a importância do Positivismo para o pensamento social do período, Durkheim, também influenciado por este clima intelectual, procurou dar um caráter positivo à Sociologia, com o objetivo de alçá-la ao mesmo patamar das demais ciências, como a História, a Psicologia e especialmente as chamadas Ciências da Natureza. Embora seguidor do pensamento comteano, Durkheim criticou concepções positivistas, discordando da tendência de con-

verter a investigação sociológica num simples raciocínio dedutivo a partir de leis universais. Para Durkheim, a Sociologia deveria procurar leis sociais que expressassem, de forma precisa, as relações empiricamente descobertas entre os diversos grupos sociais. Toda sua obra encaminha-se no sentido de demonstrar que pode e deve existir uma ciência objetiva da sociedade, semelhante às demais ciências como a Física, a Química, a Biologia, dentre outras.

Segundo Durkheim, para que a Sociologia se tornasse uma ciência positiva, dois requisitos deveriam ser metodicamente perseguidos: 1. a existência de um objeto específico ao qual ela se dedicasse; e 2. a possibilidade de observar e explicar esse objeto, adotando-se os procedimentos metodológicos característicos das Ciências Naturais. Em boa parte da sua obra e carreira intelectual como professor universitário, dedicou-se ao objetivo dar à Sociologia o status de ciência e incluí-la como cátedra na universidade francesa. Partindo da constatação de que a sociedade não é uma simples soma das pessoas que a compõem, já que apresenta caracteres próprios, ausentes nos indivíduos, Durkheim propõe uma análise dos fenômenos sociais, procurando demonstrar que, dentre suas características, a mais peculiar é a de ser exterior às consciências individuais. O que ele pretende é desvincular as pesquisas sobre fenômenos sociais da perspectiva psicológica.

Anthony Giddens (1978, p. 3), autor de uma das obras sobre a vida e o pensamento do sociólogo francês, assim escreveu:

Uma tarefa que Durkheim se propôs foi completar um empreendimento que viu iniciado nos escritos de Condorcet, Montesquieu e Comte antes dele: o estabelecimento de uma sociologia numa base empírica. Embora esses primeiros escritores tivessem estabelecido a idéia de um estudo naturalístico da sociedade como um projeto, não haviam, no entender de Durkheim, conseguido libertar-se suficientemente da filosofia da história para permitir ao projeto uma realização concreta. Durkheim preservou a ênfase dada por Comte à autonomia da sociologia como campo distintivo de estudo, tentando dar mais precisão à concepção do método sociológico que acreditava implícito nela, e demonstrar-lhe a aplicação na investigação empírica.

Assim sendo, Durkheim não apenas delimita o objeto da Sociologia, como lhe atribui um nome, fato social, e determina um procedimento metodológico específico para seu estudo, qual seja, a busca de uma comprovação empírica e objetivamente determinada, condenando o emprego de pré-noções e juízos de valor por parte do sociólogo.

As regras do método sociológico

O século XIX caracterizou-se como período de consolidação do campo científico: os campos dos saberes estavam sendo delimitados e identificados e, principalmente no caso das Ciências Humanas, se consolidaram, estabelecendo os métodos e objetos de estudo das diversas disciplinas que a compõem. Foi, neste contexto, que Émile Durkheim produziu a maior parte de suas obras. Ele foi pioneiro no trabalho de sistematizar um método para a Sociologia, caracterizando-a como uma ciência independente das outras disciplinas, como a Psicologia e a História, que também buscavam explicar a vida humana e social.

Na sua obra *As regras do método sociológico*, Durkheim explicita sua proposta metodológica para o estudo dos fenômenos sociais, estabelecendo um diálogo constante com a Psicologia e com o Positivismo, no intuito de delimitar o método e o objeto de estudo e pesquisa da nova ciência, denominada Sociologia.

Em seu embate com os pensadores, o positivista Augusto Comte e o organicista Spencer, Durkheim criticou-os, fundamentalmente, por estarem apenas estabelecendo generalidades a respeito das questões sociais, sem preocupação com a comprovação de suas teorias, e nem mesmo com a explicitação do método de pesquisa que haviam empregado para chegar a tais conclusões. Este foi o principal aspecto que diferenciou Durkheim de seus antecessores, ou seja, a preocupação com a fundamentação teórica e metodológica da Sociologia. Assim, ele escreveu: “Ela [a Sociologia] tem um objeto claramente definido e um método para estudá-lo. O objeto são os fatos sociais; o método é a observação e a experimentação indireta, em outros termos o método comparativo” (DURKHEIM, in RODRIGUES (org.), 1990, p 19).

Durkheim propõe, então, uma metodologia própria para a Sociologia à medida que estabelece como objeto de estudo específico o fato social. Na obra *As regras do método sociológico*, ele explicita o processo de desenvolvimento de estudo de um determinado fato social e, especialmente no quinto capítulo do referido livro, estabelece as regras relativas à sua explicação, ao conceituar fato social como maneiras de agir, pensar e sentir, suscetíveis de exercer coerção sobre os indivíduos, apresentando uma existência independente das manifestações individuais.

Durkheim sentia verdadeira repulsão pelas construções arbitrárias [...] Há necessidade de se refletir sobre um dado,

sobre uma realidade de observação, sobre o que ele chama uma coisa. Considerar os fatos sociais como coisa, tal é a primeira regra de seu método. Assim, quando discorria sobre assuntos de moral, via-se que primeiramente apresentava fatos, coisas; e os seus próprios gestos demonstravam que, se bem que se tratasse de realidades espirituais, não materiais, ele não se limitava a analisar os conceitos, mas parecia tomá-las ao vivo, para mostrá-las, manejando realidades. A educação é uma coisa, ou por outras palavras, um fato, um processo real (FAUCONNET, in DURKHEIM, 1978, p. 14).

Segundo ele, cabe ao pesquisador do fato social, o objeto por excelência da Sociologia, estudá-lo, antes de tudo, livre de pré-noções vulgares e do senso comum, sendo imprescindível que ele seja observado como coisa externa, que detém características próprias, só apreensível como manifestação coletiva, ou seja, fora das consciências individuais.

Durkheim (1971) analisa o fato social considerando três regras básicas:

- Deve-se buscar “[...] separadamente a causa eficiente que o [o fato social] produz e a função que desempenha [...]” (DURKHEIM, 1971, p. 83), ou seja, é necessário tomar precauções no sentido de não explicar um fato tendo por base a função que ele exerce na sociedade; tal procedimento seria insuficiente para explicá-lo. Existem as relações de correspondência que devem ser levadas em consideração, para além da simples descrição das suas funções;
- “A causa determinante de um fato social deve ser buscada entre os fatos sociais anteriores, e não entre os estados de consciência individuais” (DURKHEIM, 1971, p. 96). Só um fato social explica outro fato social, o que determina a rede de causalidade que Durkheim estabelece em sua teoria. As causas explicativas de um fato social só podem ser encontradas na própria sociedade que o gerou, não sendo necessário lançar mão de referências de outras ciências para explicá-lo.
- “A origem primeira de todo processo social de alguma importância deve ser buscada na constituição do meio social interno” (DURKHEIM, 1971, p. 98). O espaço social interno, as características do meio, em que o fato social ocorre, permite o desenvolvimento da explicação da relação de causalidade.

Émile Durkheim propôs uma nova maneira de explicar a realidade social, na qual se percebe que a sociedade não é uma simples soma de indivíduos, mas, um complexo sistema formado pela

associação dessas consciências, caracterizando-se como uma personalidade independente das consciências individuais. Sendo assim, Durkheim consolidou a Sociologia como uma ciência independente das doutrinas filosóficas, pois sua objetividade se estabelece com base no seu objeto de estudo, que é o fato social, tratado como “coisa”, e explicado segundo sua especificidade.

A constituição do fato moral em Durkheim

Ao longo do século XIX, cada vez mais, se fortalecia a idéia de uma contradição intransponível entre a fé religiosa e a ciência. Já se percebia que as crenças comuns de ordem transcendente, legadas pela tradição, estavam abaladas não só pela crítica aos valores tradicionais desencadeada pelo Iluminismo e pelos ideais da Revolução Francesa, como pelo desenvolvimento do pensamento científico propiciado pela expansão da concepção positivista de ciência. Como sociólogo, Durkheim percebia que a religião tradicional estava se enfraquecendo, mas reconhecia a necessidade dessas crenças para a estabilidade da vida social e acreditava que a sociedade não poderia manter sua estrutura e coerência, senão por meio de uma fé comum, em torno da qual os membros da coletividade pudessem se reunir.

Concluindo que a religião tradicional não mais respondia às exigências do que chamava espírito científico, e que, como bom discípulo de Comte, acreditando que uma sociedade tem necessidade de consenso e que o consenso não pode ser estabelecido senão por meio de crenças absolutas, concluía, então, que era necessário instaurar uma nova moral, inspirada pelo espírito científico, com o objetivo de conduzir a sociedade.

Sua preocupação em explicar sociologicamente os princípios da solidariedade social e dos processos de coesão social, o leva a se aprofundar no estudo dos fatos morais. O que são os fatos morais segundo Durkheim? E, ainda, o que os diferenciam dos fatos sociais?

Retomemos a definição de fato social proposta pelo sociólogo francês:

[...] toda maneira de agir fixa ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou então ainda,

que é geral na extensão de uma sociedade dada, apresentando uma existência própria, independente das manifestações individuais que possa ter (DURKHEIM, 1971, p. 11).

Considerando a importância deste conceito para a compreensão da teoria durkheimiana, vamos detalhá-lo com maior precisão. De acordo com sua definição, os fatos sociais:

- existem fora das consciências individuais, podem ser observados nas ações dos membros individuais da sociedade, mas funcionam independentemente de cada um destes indivíduos. Daí, decorre sua característica de exterioridade e generalidade. Durkheim demonstra como os sistemas de comunicação de uma dada sociedade, sua língua falada, por exemplo, são fatos sociais que se materializam nas falas dos indivíduos, mas tem uma existência para além deles, portanto fora deles e generalizada na sociedade.

- apresentam-se como imperativos e coercitivos aos membros da sociedade, mesmo quando eles nem se dão conta disto. O peso da coerção se faz evidente apenas nos momentos em que os indivíduos se opõem a eles, negando-os ou ignorando-os. Aí, então, aparecem na forma de representações sociais, como dogmas religiosos ou as leis do Direito Civil, por exemplo. Para os nossos estudos em Sociologia da Educação, tal característica atribuída aos fatos sociais pelo mestre Émile Durkheim adquire maior importância, já que ele considera o processo educativo das jovens gerações, pelas gerações mais velhas, como uma socialização metódica, capaz de criar um homem novo, mais preparado para viver em sociedade, ou seja, mais sujeito aos imperativos e coerções dos fatos sociais.

- distinguem-se dos fatos orgânicos, por se tratarem de ações e representações que independem de raça ou hereditariedade e também dos fatos psíquicos, pois extrapolam as consciências individuais. Novamente, sua preocupação com o estabelecimento da Sociologia como campo científico independente se faz presente, ao buscar demonstrar que seu objeto de estudo e pesquisa independe de premissas da Biologia e da Psicologia.

Assim sendo, três são as características que Durkheim atribuiu aos fatos sociais: sua coercitividade, sua exterioridade às consciências coletivas e sua generalidade.

Mas, à medida que estudamos suas obras, somos levados a perceber que ele não se deu por satisfeito com tais explicações. Ainda preocupado em explicar as intrínsecas relações entre indivíduo e

sociedade, Durkheim partiu do ponto de que o indivíduo, como membro da sociedade, não é totalmente livre para tomar suas próprias decisões morais, mas, num certo sentido, coagido a aceitar as orientações comuns à sociedade da qual faz parte. Lançou-se a uma série de tentativas para interpretar a natureza dessa coação terminando por se concentrar em dois aspectos:

- Primeiro, as regras morais coagem o comportamento mais fundamentalmente através da autoridade moral do que por alguma coerção externa e;
- Em segundo lugar, a eficácia da autoridade moral não poderia ter explicação sem aceitar que os padrões de valor já foram interiorizados como parte da personalidade. Assim, identificava a sociedade tal qual um sistema de normas morais, onde os fatos sociais poderiam ser identificados e estudados empiricamente.

Ou, como nos diz Ricardo Barbosa de Lima (1997, p. 79):

[...] 'Não somos, por natureza, propensos a nos incomodar e a nos coagir; portanto, se não formos convidados a cada instante a exercer sobre nós essa coerção sem a qual não há vida moral, como nos acostumaríamos a ela? Se nas preocupações que preenchem quase todo nosso tempo, não seguirmos outra regra que não a do nosso interesse próprio, como tomaríamos gosto pelo desinteresse, pela renúncia de si, pelo sacrifício?' (DURKHEIM, 1995, p. IX). Esse processo de conformação moral dos indivíduos só é possível através da constituição de uma consciência coletiva, [...] [uma] consciência comum na forma de um sistema de crença coletivas [...].

E, para que possamos melhor compreender as questões colocadas por Durkheim, continua Lima (1997, p. 81), em que consiste o fato moral? O que diferencia as regras morais das outras regras sociais?

Para Durkheim, o fato moral apresenta-se como um sistema de regras de conduta; o que vai diferenciá-lo das outras regras sociais, além do seu caráter obrigatório, o interesse que o ato desperta em nós, como que um desejo. [...] Para que possamos ser seu agente, é preciso que o ato interesse, [...] que ele nos apareça, sob algum aspecto, desejável. [...] [e assim] A realidade moral toma a forma de uma personalidade qualitativamente diferente da personalidade individual [...] O próprio indivíduo não pode ter existência fora dela e, sabendo disso, o indivíduo a deseja como um bem social.

As expectativas de Durkheim em relação à Sociologia eram bastante ambiciosas. Acreditava que ela acabaria por substituir a Moral, criticando os valores estabelecidos, esforçando-se por afastar as novas tendências consideradas prejudiciais à sociedade, já que “[...] vê na própria ciência da moral a tarefa de encontrar as formas racionais das crenças morais que, até então, se expressaram exclusivamente sob a marca da religião” (LIMA, 1997, p. 83).

Durkheim e a Sociologia da Educação

Durkheim desenvolve uma teoria da educação, ligada às suas idéias acerca do homem e da sociedade. Educar um indivíduo é o meio de prepará-lo ou forçá-lo a ser membro de um ou vários grupos da sociedade. Da mesma forma que cada sociedade tem uma moral que se adapta à sua essência, possui também as instituições pedagógicas que mais lhe convém



Atividade de Aprendizagem

“[...] cada sociedade, considerada em momento determinado de seu desenvolvimento, possui um sistema de educação que se impõe aos indivíduos de modo geralmente irresistível. É uma ilusão acreditar que podemos educar nossos filhos como queremos. Há costumes com relação aos quais somos obrigados a nos conformar; se os desrespeitarmos, muito gravemente, eles se vingarão em nossos filhos. Estes, uma vez adultos, não estarão em estado de viver no meio de seus contemporâneos, com os quais não encontrarão harmonia. Que eles tenham sido educados, segundo idéias passadistas ou futuristas, não importa; num caso, como noutro, não são de seu tempo e, por conseqüência, não estarão em condições de vida normal. Há, pois, a cada momento, um tipo regulador de educação, do qual não nos podemos separar sem vivas resistências, e que restringem as veleidades dos dissidentes” (DURKHEIM, 1978, p. 36).

A partir da afirmação acima, avalie se Durkheim considera a educação como um fato social, analisando-a a partir das três características, propostas por ele, como forma de explicar o conceito de fato social.

Cândido Gomes (1985), analisando a obra *A evolução pedagógica*, de Émile Durkheim, destaca a sua importância para a análise sociológica da educação e escreve:

“Outro tema importante [...] é o das relações entre mudança social e mudança educacional. Nesta obra, ele situou o conteúdo da educação francesa [...] no seu contexto histórico-social [...]. Durkheim, através de rico material, procurou explicar por que determinadas idéias, práticas e instituições surgem e desaparecem. Suas explicações dão relevo a diferentes fatores, não caindo na unicausalidade. [...]. Fica claro que não se pode entender o conteúdo e os métodos da educação sem o contexto social” (Gomes, 1985, p. 27).

Quando os indivíduos são formados, tendo em vista sua integração na sociedade, eles tomam consciência das normas segundo as quais devem reger sua conduta e do valor das coletividades a que pertencem e pertencerão no futuro.

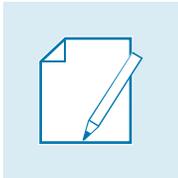
O tema da disciplina e da hierarquia combina-se com o do individualismo. Assim, as sociedades modernas ainda têm necessidade da autoridade própria da consciência coletiva, mas também devem favorecer a criação de um sentimento de autonomia, reflexão e escolha. Em resumo, a estrutura da sociedade, considerada como causa, determina a estrutura do sistema de educação, e este tem por fim ligar os indivíduos à coletividade e convencê-los a respeitar ou devotar-se à própria sociedade.

Atividade de Avaliação

1. Leia o texto apresentado a seguir, de autoria de Tânia Quintaneiro, no livro *Um Toque de Clássicos – Durkheim, Marx e Weber*, ao explicar o conceito de solidariedade proposto por Émile Durkheim:

Os laços que unem cada elemento ao grupo constituem a solidariedade que pode ser de dois tipos: orgânica ou mecânica. [...] A solidariedade é chamada mecânica quando ‘liga diretamente o indivíduo à sociedade, sem nenhum intermediário’, constituindo-se de ‘um conjunto mais ou menos organizado de crenças e sentimentos comuns a todos os membros do grupo: é o chamado tipo coletivo’. [...] À medida que se acentua a divisão do trabalho social, a solidariedade mecânica se reduz e forma-se uma nova: a solidariedade orgânica ou derivada da divisão do trabalho (QUINTANEIRO; BARBOSA; OLIVEIRA, 1996, p. 31-32).





Na seqüência, assista, ao filme indicado a seguir e procure explicar, a partir do enredo da estória, como são construídos os laços de solidariedade, compreendidos como fatores de coesão social, entre os indivíduos desta comunidade tradicional.

O filme *A festa de Babette*. (Dinamarca, 1988) narra a história do convívio de uma mulher, fugitiva da Comuna de Paris, em 1871, com uma família e uma comunidade religiosa de uma pequena cidade. Após alguns anos, recebendo uma fortuna que ganhou em uma loteria, ela organiza um banquete às pessoas que a acolheram.

2. Identifique as características que definem os fatos sociais, segundo Durkheim. Explique, agora, por que o sistema de moedas de uma determinada sociedade constitui-se como um fato social.

3. Considerando o exemplo de pesquisa sociológica descrita a seguir, explique a afirmação metodológica de Durkheim que “apenas um fato social explica outro fato social”.

O estudo das populações humanas [...] é possibilitado pela compilação de estatísticas, quer de fontes oficiais, como nascimento, morte e registro de casamento, quer de censos periódicos e pesquisas por amostragem. É bastante simples somar o número de nascimentos e mortes registrados num Estado. É mais complicado, embora mais útil, ser capaz de relacionar as taxas de mortalidade materna e infantil com a idade, nível de renda e status racial da mãe (BROOM; SELZNICK, 1979, p. 283).

4. Retome o Formulário de Autoavaliação dos Objetivos da Disciplina Sociologia da Educação, que você completou no início deste capítulo e faça sua autoavaliação. Discuta com o seu tutor presencial, os seus avanços e as suas dificuldades.

3.3 Max Weber: A Racionalidade como Princípio Orientador da Sociedade Moderna

*“O olhar sociológico não analisa fenômenos isolados,
mas fenômenos em uma rede de relações”.*

Para começo de assunto...

O termo burocracia “[...] designa um modo de administração relativamente original, mas incorporou uma imensa variedade de conotações muito diversa, que estenderam seu uso muito além do campo ao qual se supunha inicialmente que ele se aplicasse. Max Weber, que mais que qualquer outro, contribuiu para introduzi-lo no vocabulário técnico da sociologia, toma-o numa acepção relativamente estrita, enquanto muitos autores, notadamente os de inspiração marxista, vêem na burocracia uma forma de poder bastante comum e cada vez mais claramente predominante nas sociedades capitalistas. [...]

O tipo burocrático weberiano caracteriza-se por um certo número de traços sistematicamente ordenados. Cada funcionário exerce uma função numa hierarquia de status, cuja ordenação é imperativamente assegurada pelo controle que seus superiores exercem sobre ele. O funcionário exerce atividades definidas em função de sua dupla competência, técnica e jurisdicional. A competência do funcionário é específica; constitui um pacote de direitos e obrigações, baseados ao mesmo tempo em sua capacidade de exercê-los e na delegação explícita da autoridade hierárquica que o recrutou e que o supervisiona. O recrutamento ocorre segundo critérios universalistas. Em princípio, pelo menos, ele é recrutado não por ser parente, amigo, cliente ou compadre daquele que o escolheu, mas em razão de atributos comuns a toda a população de candidatos, que, a rigor, só devem ser diferenciados por suas aptidões publicamente constatadas: o funcionário é recrutado por concurso ou por títulos. Da mesma forma, é promovido de acordo com regras estritas, que, em teoria, anulam ou pelo menos limitam o favoritismo. Além do mais, não se analisa a renda do funcionário nem como benefício nem como prebenda. É um vencimento que não constitui

a contrapartida rigorosa do serviço que ele presta ao Estado, seu empregador, mas que presumivelmente lhe assegura uma vida respeitável e decente, de acordo com as exigências de sua categoria.

O conjunto desses traços dá ao funcionário uma fisionomia muito original. Assegura sua independência em relação tanto a seus superiores como a seus subordinados, ao mesmo tempo que o coloca estritamente sob o controle de regras que asseguram o funcionamento da administração à qual ele pertence. Desde que seja efetivo, ele não pode ser destituído de seu cargo a não ser em condições excepcionais e segundo disposições fixadas pelo estatuto ou pela lei. [...] Não é o prefeito ou o legislativo municipal que recruta o professor primário; e, se o filho do prefeito é um aluno relapso, o professor não será removido por ter-lhe dado nota baixa. Mas o funcionário, da mesma forma que está protegido contra o arbítrio de seus superiores, só pode exercer seu poder em relação aos contribuintes em limites muito estritos; se ele os ultrapassa, fica exposto a toda sorte de recursos administrativos ou judiciais. [...]

[A burocracia] nos é apresentada como um aparelho a serviço do Estado ou do poder público. Se as autoridades políticas se propõem realizar certos objetivos tidos como conformes ao interesse geral ou ao bem comum, ainda que de fato expressem somente a vontade ou os interesses dos governantes, têm elas interesse em dispor de um corpo de executores competentes, eficazes e obedientes. A burocracia é um instrumento em poder dos governantes - ou do Estado. Para que a organização burocrática contribua para a maximização desse poder, é necessário que duas séries de condições sejam preenchidas. É necessário que os burocratas saibam fazer aquilo para que foram recrutados: diferentemente das camarilhas de favoritos e de amadores, a burocracia é a administração realizada por expertos. A segunda condição para que o aparelho burocrático seja eficaz é que os burocratas obedeçam [...] que executem as ordens, mesmo que os fins últimos da política para cuja realização eles concorrem lhes escapem ou não lhes sejam convenientes” (BOUDON; BOURRICAUD, 1996, p. 35-36).



Atividade de Aprendizagem

A partir da citação anteriormente apresentada, pesquise, discuta com seus colegas e escreva um breve texto, comentando a seguinte proposição: *Burocracia é uma palavra muitas vezes utilizada nas nossas conversas cotidianas. Sugiro a você que pesquise em jornais ou procure lembrar-se de alguma conversa na qual ela tenha sido empregada e analise qual o sentido a ela atribuído. Como é considerada? Tem um sentido positivo ou negativo?*

Na sequência, vamos “conversar” sobre Max Weber. O sociólogo alemão, assim como outros pensadores que produziram sua obra entre fins do século XIX e início do século XX, tinha por objetivo explicar e compreender as profundas transformações ocorridas na chamada sociedade industrial capitalista e assim, nos legou diversos conceitos sociológicos que ainda hoje nos servem para iluminar a realidade social da qual fazemos parte. O conceito de burocracia, sobre o qual você teceu comentários, é apenas um deles.

Neste último item do terceiro capítulo estudaremos uma breve introdução ao pensamento sociológico desse autor, com o objetivo de evidenciar para você, que está sendo apresentado à Sociologia weberiana, os aspectos mais marcantes da sua vasta produção, a saber, sua concepção de sociedade, os principais conceitos sociológicos, assim como, a proposta metodológica por ele concebida para esta ciência denominada Sociologia. Fique atento aos objetivos que pretendemos atingir:

- conhecer e situar a vida e a obra de Max Weber no panorama dos séculos XIX e XX, quando as grandes transformações oriundas da sociedade moderna passaram a despertar o interesse dos estudiosos para os principais problemas sociais;
- destacar sua importância para a compreensão da sociedade e do modo de produção capitalista;
- conhecer a contribuição da sua teoria para o desenvolvimento da Sociologia ao longo do século XX, nas mais variadas áreas do conhecimento humano, como nos estudos sobre educação, administração, religião, dentre outros;
- conhecer e aplicar o conceito de ação social;
- distinguir a noção de tipo ideal e sua importância para a sociologia weberiana;
- reconhecer os tipos de ação social e de dominação identificados por Max Weber;
- identificar o método compreensivo de análise da realidade social.
- conhecer e aplicar alguns de seus conceitos fundamentais, especialmente, aqueles relacionados à Sociologia da Educação.

Sociologia Compreensiva: pressupostos metodológicos



Max Weber foi um cientista com grandes pretensões intelectuais que contribuiu, com sua vasta erudição, para o estabelecimento de um dos mais importantes paradigmas clássicos da Sociologia, a chamada Sociologia Compreensiva, que grande contribuição trouxe ao estudo da sociedade moderna. O vigor da sua produção sociológica desemboca numa proposta metodológica e na criação de conceitos fundamentais, como ação social, relação social, tipo ideal, dentre outros, que recentemente, mais precisamente, a partir das duas últimas décadas do século XX, vem trazendo um novo fôlego para as pesquisas no campo da Sociologia e mais especificamente da Sociologia da Educação.

Weber (1864 – 1920) nasceu e morreu na Alemanha. Seus biógrafos são unânimes em considerar alguns fatores como os mais marcantes para a formação de seu pensamento: a natureza da universidade alemã e as atribuições pelas quais sua vida passou, ao mesmo tempo em que profundas mudanças sócio-econômicas aconteciam e agitavam a Alemanha.

O capitalismo, como modo de produção, se instalava na Alemanha, sob os auspícios da monarquia imperial, levando ao surgimento de novas classes sociais. Este quadro atinge a universidade alemã, que havia sido até então, completamente desvinculada destas novas classes sociais emergentes, pois estava voltada para os interesses das camadas tradicionais da sociedade, servindo como base para a formação dos quadros burocráticos das elites locais.

No que diz respeito ao nível médio de ensino alemão, esse era subdividido em ensino técnico e ensino das humanidades. O mercado de trabalho incorporava os técnicos e, apenas uma pequena parcela da população chegava às universidades, através de um processo de seleção realizado previamente. Assim sendo, nesta sociedade, o sistema de ensino agia como um fomentador da divisão entre as classes, exercendo a função de dificultar a ascensão social das novas classes sociais através da ascensão cultural e intelectual como forma de ascensão social.

Considerando que as classes sociais emergentes dificilmente tinham acesso ao ensino universitário, dado o caráter de manutenção da tradição e dos valores por ele privilegiados, a concepção de liberdade acadêmica é incipiente, sem contar que o pensamento acadê-

mico fomentado na universidade alemã é extremamente ambíguo em relação à nova estrutura social capitalista que está em gestação.

Em grande parte, o pensamento social de Max Weber é influenciado por este clima. Em seus escritos é possível perceber, que ele sai em defesa deste caráter ambíguo e distanciado que a universidade alemã havia assumido em relação ao capitalismo imperial emergente, e esta sua postura frente ao pensamento acadêmico foi crucial para a concepção de ciência adotada por Weber na construção da Sociologia Compreensiva. Weber defendeu que, metodologicamente, a Sociologia deveria primar pela objetividade, não se imiscuindo em questões ideológicas, estranhas aos objetivos acadêmicos.

Max Weber pertencia à alta classe média. Seus pais, muito eruditos, comungavam dos ideais liberais que estavam nascendo e transformando a sociedade alemã. Pertencendo a um segmento social que muito valorizava a formação intelectual, Weber estudou direito, economia e filosofia. Sua tese de doutoramento, sobre a atuação das companhias comerciais durante a Idade Média, obrigou-o a estudar espanhol e italiano, que passou a falar fluentemente. Dedicou-se à advocacia, embora usasse seu tempo muito mais para estudo do que ao exercício da profissão de advogado.

A partir de 1894, Weber passa a lecionar Economia na Alemanha, iniciando uma carreira acadêmica promissora, com grande atividade intelectual, mas entrecortada por frequentes interrupções devido aos sintomas de esgotamento nervoso que duraram até o fim de sua vida:

[em 1898] sofreu sérias perturbações nervosas, que o levaram a deixar os trabalhos docentes, só voltando à atividade em 1903, [...] como co-editor do Arquivo de Ciências Sociais [...]. A partir dessa época, Weber somente deu aulas particulares [...] e proferiu conferências nas universidades de Viena e Munique, nos anos que precederam sua morte, em 1920 (WEBER, s.d., p. VI-VIII).

Como importante intelectual, produziu diversas obras nas áreas de economia, direito, história, sendo a mais conhecida delas A ética protestante e o espírito do capitalismo. Dentre seus vários estudos, escreveu sobre a relevância da burocracia nas sociedades democráticas modernas, após uma viagem aos Estados Unidos. Entre os anos de 1906 e 1910, afastado das atividades acadêmicas, devido ao agravamento de suas crises nervosas, Weber passou a atuar intensamente na vida intelectual alemã, adotando uma participação política ativa ao longo da Primeira Guerra Mundial.



Atividade de Aprendizagem

Para melhor contextualizar a produção sociológica de Max Weber, recomendo-lhe que consulte no AVA Moodle, o quadro Clássicos da Sociologia: vida e obra, observando os principais fatos e eventos que envolveram sua vida e formação intelectual. Você pode consultar ainda o “site”:

<http://www.suapesquisa.com./biografias/weber>.

Como vimos, o pensamento social de Max Weber foi fortemente influenciado pela tradição do pensamento social alemão do século XIX, e, portanto, não acreditava na objetividade como um valor e um pressuposto orientador para o conhecimento científico, nos moldes como era propagada pelas concepções positivistas que imperavam nas Ciências Sociais desenvolvidas na França. Era defensor de que cada época e cada sociedade propusessem como fundamento para as ciências da sociedade, os valores culturais que lhe correspondiam. Defendia, ainda, que a relação com os valores caracterizava-se como condição primordial para o pesquisador selecionar, no caos infinito que são os fenômenos sociais, o objeto de estudo da Sociologia. Vale a pena destacar, que para Weber os valores não são apenas aqueles oriundos da posição social de classe ocupada pelo cientista social; ele amplia a concepção de valor, incluindo aqueles referentes à cultura, à nacionalidade, à concepção religiosa do pesquisador. O historicismo relativista, corrente que influenciava o pensamento alemão naquele período, e que tinha como expoentes filósofos como Hegel e W. Dilthey, dentre outros, considerava que tanto o pesquisador quanto o objeto a ser pesquisado são portadores de valores, portanto, ambos vão influenciar no conhecimento científico. Sensível a esta perspectiva, Weber responde ao problema, elaborando o conceito de neutralidade axiológica. Para ele, a Sociologia pode chegar a resultados universais quando há neutralidade na pesquisa.

Na citação abaixo, podemos notar a importância que Weber atribuiu à questão da neutralidade, como regra de procedimento, ou seja, para compreender ou explicar uma ação social, não cabe ao pesquisador a tarefa de aprová-la ou condená-la:

A capacidade e a diferença entre conhecer e julgar, e o cumprimento tanto do dever científico de ver a verdade dos fatos, como do dever prático de aderir aos próprios ideais, é, realmente, aquilo com que buscamos nos familiarizar cada vez mais (WEBER, 1992, p. 113).

Para a Sociologia weberiana, os acontecimentos que integram o social têm origem nos indivíduos. O cientista parte de uma preocupação com o significado subjetivo, tanto para ele como para os demais indivíduos que compõem a sociedade, e seu objetivo é compreender os nexos causais que dão sentido à ação social. Karl Jaspers (1997), no artigo “Método e visão de mundo em Weber”, escreve:

Max Weber sabia que cada pesquisa é particular, e que o todo é inacessível. [...]. A realidade é individual, infinita, inesgotável em cada uma das suas figuras: as leis que valem para estas não permitem que delas se deduza o real. [...]. Sempre e em qualquer tempo a realidade é individual, numa infinita diversidade histórica. [...]. Por isso o homem só pode penetrar na realidade através da ciência empírica e não deduzi-la ou apreendê-la como totalidade (JASPERS, In: COHN, 1997, p. 131).

Como para Weber os acontecimentos sociais não são apenas vividos pelos homens no estabelecimento de suas relações sociais, mas são também pensados por eles, a Sociologia não poderia adotar como procedimento de estudo destes fenômenos, apenas a captação da sua dimensão exterior, como propagado pelo empirismo e pelas correntes positivistas. Com isto, Weber atribuiu aos motivos e aos valores interiorizados pelos indivíduos, determinantes das ações sociais, um importante papel. Embora não negasse o valor da generalidade, pois esta é uma meta da Sociologia cientificamente estabelecida, Weber enfatizava a importância da busca da particularidade histórica como marca da identidade de cada indivíduo ou de cada sociedade. Sendo assim, podemos dizer que ele reorganizou os fatos sociais à luz da história e da subjetividade dos atores sociais.

Do ponto de vista metodológico, Weber considerava que a pesquisa histórica, baseada na coleta de documentos e no esforço interpretativo das fontes, permitia o entendimento das diferenças sociais, que são, para ele, questões de gênero e de formação e não apenas aspectos referentes a estágios de evolução das sociedades. O conhecimento histórico, entendido como a busca de evidências, tornou-se um poderoso instrumento para o cientista social. Podemos afirmar que Weber foi capaz de combinar duas perspectivas: a historiográfica, que respeita a particularidade de cada sociedade; e a sociológica, que ressalta os elementos mais gerais de cada fase do processo histórico. Defendeu, por isto, a busca das relações de causalidade como pressuposto metodológico da Sociologia Compreensiva, buscando explicar como um determinado fato histórico e/ou social é causa de tal ou qual evento.

Como exemplo, podemos citar a relação de causa e efeito que ele estabelece entre a ética protestante e o espírito do capitalismo, objeto de análise de uma de suas principais obras.

Weber propôs o emprego do método compreensivo como forma de interpretação do passado e suas repercussões nas características peculiares das sociedades contemporâneas. Assim, ao tratar da tarefa que cabe ao cientista social, ele escreve:

A ciência social que pretendemos exercitar é uma ciência da realidade. Procuramos entender na realidade que está ao nosso redor, e na qual nos encontramos situados, aquilo que ela tem de específico; por um lado, as conexões e a significação cultural das nossas diversas manifestações na sua configuração atual e, por outro, as causas pelas quais ela se desenvolveu, historicamente de uma forma e não de outra (WEBER, 1992, p. 124).

Para complementar nossa discussão a respeito da perspectiva metodológica da Sociologia Compreensiva, vamos abordar o conceito de tipo ideal, considerado por Weber como um dos pilares do seu fazer sociológico. Para ele, os tipos ideais, considerados como uma criação abstrata a partir de casos particulares estudados, permitem tornar inteligível um conjunto de fatos, social e historicamente dados, alertando, contudo, de que essa seria sempre uma visão parcial de um conjunto e não a sua totalidade. Como exemplo, podemos citar o próprio Weber, a respeito da construção do tipo ideal explicativo de uma sociedade, na qual a produção é artesanal. O cientista pode, a partir de observações sistemáticas dos casos particulares, e acentuando os traços que lhe parecem mais característicos, construir um modelo que resuma a forma pela qual se organizam as relações políticas, econômicas e sociais nas sociedades artesanais. Nenhum exemplo, realmente, representa este tipo ideal, uma vez que ele é construído a partir da compilação das características presentes em casos particulares localizados em tempos históricos diferenciados. Mas, este modelo, sendo um instrumento de análise, possibilita comparações e estudos sobre semelhanças e diferenças entre sociedades artesanais antigas e atuais. Assim sendo, podemos concluir que o tipo ideal não é um modelo a ser alcançado ou um fato observável. É uma construção do pensamento, uma “lupa” que pode auxiliar a Sociologia Compreensiva nos estudos e pesquisas sobre a vida social. Estão, então, estabelecidos os pressupostos metodológicos da Sociologia de Weber: a compreensão científica só é possível pela construção de tipos ideais, elaborados por aproximações sucessivas, que explicam a realidade, não existindo, necessariamente, uma relação biunívoca entre o modelo - tipo ideal - cientificamente elaborado, e a realidade social estudada.

Motivo e sentido da ação social

Para Weber, a sociedade é, em si, um conjunto de ações, ou como escreve Alberto Tosi Rodrigues (2002, p. 59):

A sociologia de Max Weber [...] tem como premissa a idéia de que a sociedade não é apenas uma ‘coisa’ exterior e coercitiva que determina o comportamento dos indivíduos [...]. A sociedade para Weber não é aquilo que pesa sobre os indivíduos, mas aquilo que se veicula entre eles.

Para melhor compreender a concepção weberiana de sociedade, vamos nos concentrar na análise do conceito de ação social, que pode ser considerado como o elemento chave da Sociologia Compreensiva. Tomemos o exemplo seguinte: quando duas pessoas apertam as mãos ao se encontrarem, obedecem a um modo de agir corrente em nossa cultura, uma regra de etiqueta ou educação; já em outros grupos culturais, um cumprimento pode assumir outros modos de agir, sentir e pensar, como uma inclinação respeitosa de cabeça ou até mesmo um esfregar de narizes, como na Melanésia. Sem que tomemos consciência, nossa conduta se inspira, quase todo o tempo, em normas que nos servem de guias ou modelos. Podemos dizer, então, que nossas maneiras de agir, pensar e sentir exercem sobre nós uma coação, pois se apresentam sob a forma de regras e de normas nas quais devemos nos inspirar para guiar e orientar nossas ações, caso queiramos que sejam aceitas na sociedade em que vivemos.

O exemplo ao qual nos referimos, assim como as roupas e a linguagem que usamos para nos comunicar, nos mostram que as atitudes humanas têm um significado comum porque se estruturam segundo um mesmo conjunto de regras. As relações interpessoais pressupõem, de certa forma, uma unanimidade relativa a um conjunto mínimo de normas sociais, às quais cada indivíduo conforma sua conduta. Sem isto, as relações humanas seriam caóticas e incoerentes.

Na concepção durkheimiana, anteriormente estudada, os modelos culturais presentes nas sociedades estão ao mesmo tempo nas pessoas, nos membros desta sociedade. Para esse sociólogo francês, os modelos e as regras estão interiorizados nas pessoas e, em função desta interiorização, a coerção das normas sociais parece “se naturalizar”. Esta interpretação procura mostrar que no processo de socialização não há ruptura nem oposição entre o indivíduo e a sociedade a qual pertence. Nesta concepção, o

princípio da ação social deve ser buscado nas normas coletivas que inspiram as ações. Até mesmo o comportamento mais particular, mais individualizado, obedece a regras exteriores comuns e coletivas. Nossas reflexões são feitas utilizando-se de uma linguagem, idéias e conceitos fornecidos pelos grupos sociais dos quais fazemos parte. A ação humana é social, à medida que se insere numa estrutura de ação que lhe é fornecida por normas coletivas, nas quais deve se inspirar.

Para Émile Durkheim, a ação social se define pela estrutura normativa que reveste a ação, que é a da coletividade, da totalidade social, qualquer que seja ela (a classe social, a família, a escola, por exemplo). É esta estrutura que fornece os modelos comuns que orientam as ações sociais. Já Max Weber, que também se preocupou com a compreensão das ações humanas socialmente estabelecidas, orienta sua análise a partir de uma outra perspectiva. Ao voltar sua atenção para o ator na sua relação com a sociedade, ele privilegiou a dimensão da conduta dos sujeitos da ação. Privilegiou a ótica da ação e da interação entre as pessoas, que corresponde a uma análise voltada para o conhecimento da orientação normativa da ação e não para o da estrutura que a determina.

É possível perceber que se tratam de dois modos diferenciados de apreensão de um mesmo fenômeno social, que se materializam em paradigmas diferenciados, marcando os vários campos do conhecimento sociológico.

Para melhor compreender o enfoque weberiano de análise é conveniente esclarecer que Weber definiu a ação social como toda ação humana, na qual o sentido sugerido pelo sujeito agente refere-se ao comportamento de outros e se orienta nela no que diz respeito ao seu desenvolvimento. Na sua concepção, o indivíduo ganhou significado e especificidade. É o indivíduo quem dá sentido à ação social, que estabelece as conexões de sentido da ação propriamente dita e de seus efeitos. De acordo com o paradigma weberiano, as normas sociais só se tornam permeáveis ao conhecimento sociológico quando se manifestam, em cada indivíduo, sob a forma de motivação. Cada sujeito age, levado por um motivo que orienta sua ação. Esse motivo pode estar relacionado à tradição, ao hábito e aos costumes arraigados, no caso da ação tradicional, ou aos interesses racionalmente estabelecidos, no caso da ação racional, ou, ainda, à emotividade, no caso da ação afetiva. O objetivo que transparece na ação social permite desvendar o seu sentido, que é social, à medida que cada indivíduo

age, levando em conta a resposta ou a reação dos demais com quem se relaciona. A tarefa do cientista social é a de descobrir as possíveis conexões de sentido em relação à dimensão social que lhe interessa estudar e pesquisar.

Atividade de Avaliação

1. Segundo Max Weber, a tarefa do cientista social é descobrir os sentidos da ação humana.

- a) Considerando essa afirmação, defina o conceito weberiano de ação social.
- b) Observe as pessoas do seu grupo de amigos ou de trabalho e procure descobrir o sentido da ação que transparece na ação social de algum desses colegas e use-a como um exemplo que demonstre o seu entendimento do conceito de ação social apresentado no item anterior.

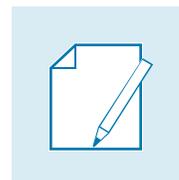
Para realizar esta atividade você pode complementar seus conhecimentos consultando o Glossário no AVA Moodle.

2. Qual a crítica de Weber à objetividade proposta pelo paradigma positivista francês?

3. Leia o texto “A ‘racionalização’ da educação e treinamento” de Max Weber, postado no AVA Moodle, e responda as seguintes questões:

- a) O que é burocracia?
- b) Qual a relação entre educação e burocracia?
- c) Analise a afirmação “Qual é seu Q.I., ou seja, quem indica?”, relacionando-a com o processo de recrutamento do funcionário em uma burocracia, segundo Max Weber.

4. Retome o Formulário de Autoavaliação dos Objetivos da Disciplina de Sociologia e faça sua autoavaliação. Discuta com o tutor presencial, os seus avanços e dificuldades.



3.4 Karl Marx: A Contradição como Categoria de Análise

“A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção intelectual [...]”.

Para começo de assunto...

“O mecanismo específico do período manufatureiro é o próprio trabalhador coletivo - que é a composição de muitos trabalhadores parciais. Este ‘mecanismo’ é o definidor maior dos filmes aqui comentados. [...] Vejamos agora algumas das características desse sistema mostradas [pela fita]. Ressalta a relação homem / máquina e é visível o conjunto de trabalhadores parciais trabalhando diretamente com a esteira [...] O domínio da máquina sobre o homem e suas exigências de movimento uniforme ligam-se à organização espacial dentro da fábrica, à distribuição dos operários e à vigilância. Em Chaplin, penso nas cenas em que o personagem trabalha na esteira, com o capataz, e se procura o ritmo e os movimentos adequados. [...] a alienação no sistema de fábrica retira do trabalhador o controle do produto, do processo de trabalho e do saber a ele relacionado. Retira também o controle de sua direção e do uso do tempo e da intensidade. [...] retomemos Chaplin nessa leitura: o que resta na esteira? Relembremos a cena da cunha no estaleiro, quase ao grotesco expõe o trabalhador inábil, despido de qualquer ligação com o processo de trabalho. [...] Carlitos, entrevistado como trabalhador parcial na forma mais acabada de sua alienação [...]. Todos os momentos de resistência, choques e ações contra o conjunto, na fábrica, na cadeia, na passeata, efetivados por Carlitos, têm duas características: são acidentais e são individuais, não solidários. Como indivíduo, ele recusa o trabalhador coletivo, sendo no entanto, personagem despido de saber, apenas trabalhador parcial, já alienado” (VESENTINI, 1997, p. 166-172, trechos selecionados).

Atividade de Aprendizagem

O autor Carlos Alberto Vesentini, no artigo “*História e ensino: o tema do sistema de fábrica visto através de filmes*”, orienta os professores a utilizar filmes e documentários como forma de estimular os estudantes a buscar conhecimento sobre períodos históricos, informações e conceitos não apenas em livros e revistas, mas, também, em outros recursos didáticos. Assim, para desenvolver o exercício de contextualização da obra de Karl Marx, proponho a você, assistir ao filme *Tempos Modernos* e, a seguir, refletir sobre o trabalho e as condições do trabalho no capitalismo contemporâneo.

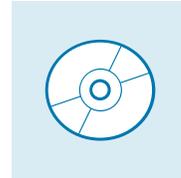
O filme *Tempos modernos*, (Modern Times. EUA, Continental Home Vídeo, 1936, Direção de Charles Chaplin) é considerado uma obra-prima do cinema mudo, ambientada durante a Depressão de 29. Chaplin (roteirista, diretor e ator do filme), através de seu personagem Carlitos, procura denunciar o caráter desumano do trabalho industrial mecanizado, da tecnologia e da exploração do capitalismo sobre a classe trabalhadora.

Caso você não consiga assistir ao filme, procure informações sobre ele em “sites” na Internet, pois elas poderão auxiliá-lo(a) a realizar o exercício proposto, ajudando-o (a) “a entrar no clima” e a melhor compreender a análise de Karl Marx sobre a sociedade capitalista.

Para que esta atividade possa ser aproveitada como um recurso didático para o seu aprendizado, reflita e atenda ao que se segue:

1. Faça um resumo sobre o filme.
2. Denomine e descreva alguns dos principais personagens do filme. A partir da sua observação sobre o modo de vida atual, relacione esses personagens como representantes das classes sociais que compõem a estrutura de classes da nossa sociedade contemporânea.
3. Identifique e descreva cenas do filme que ilustram a exploração do homem pela máquina. Essas cenas poderiam explicar a relação homem / máquina na nossa sociedade atual?
4. Analise a situação de desemprego que ocorre no filme e compare-a com a dos dias atuais, considerando os seguintes aspectos: (a) quais as causas do desemprego? e (b) que consequências o desemprego trás para o trabalhador?

Iniciamos aqui, o estudo de um importante estudioso que, embora tenha produzido sua obra ainda no século XIX, muito influenciou e continua influenciando as análises e a prática política sobre a sociedade capitalista, chegando mesmo a ser considerado um paradigma dominante nas Ciências Humanas em grande parte das universidades e institutos de pesquisa, espalhados pelo mundo todo. O marxismo, assim como é conhecido o pensamento do alemão Karl Marx,



exerceu grande influência sobre o desenvolvimento da Sociologia ao longo do século XX.

Abordaremos nas próximas páginas, em linhas gerais, alguns dos conceitos mais relevantes deste paradigma. Sugiro a você que ao realizar suas leituras, resumos, debates, etc oriente-se pelos objetivos aqui destacados:

- conhecer e situar a vida e a obra de Karl Marx no panorama do século XIX, quando as grandes transformações oriundas da sociedade moderna passam a despertar o interesse dos estudiosos para os principais problemas sociais;
- avaliar a importância deste autor e de sua obra para a compreensão da sociedade e do modo de produção capitalista;
- compreender a contribuição da sua teoria para o desenvolvimento da Sociologia ao longo do século XX, nas mais variadas áreas do conhecimento humano, como nos estudos sobre educação, comunicação, dentre outros;
- compreender a importância do marxismo para o estudo da escola e do sistema de ensino como instrumento de reprodução da estrutura de classe e da ideologia burguesa;
- compreender o método dialético de estudo da realidade social;
- conhecer e empregar alguns dos principais conceitos do paradigma marxista, como modo de produção, classes sociais, ideologia, mais valia, dentre outros.

Materialismo histórico-dialético: pressupostos metodológicos e conceitos fundamentais

Muitos foram os pensadores que se dedicaram a compreender os diversos problemas oriundos das grandes transformações sociais, econômicas, políticas e culturais que acompanharam a chamada Revolução Industrial, instalada na Europa desde o século XVIII, e a propor possíveis soluções para eles. Eram as precárias condições de trabalho, a exploração da mão de obra feminina e infantil, as péssimas condições de moradia e higiene, a miséria generalizada,

as rígidas relações de poder e a ausência de direitos sociais e políticos. Foi nesse contexto que Marx viveu e desenvolveu a sua obra.

Karl Marx, o pensador alemão fundador do materialismo histórico-dialético, nasceu na Alemanha, na cidade de Tréves, numa região chamada Renânia, próxima à fronteira com a França, no ano de 1818. Realizou seus estudos na Alemanha iniciando a sua formação junto aos movimentos de oposição idealistas e hiper intelectualizados da Alemanha do século XIX. Doutorou-se em 1841 e atuou, nesse mesmo país, como redator-chefe do periódico liberal, *Gazeta Renana*. Mas, em decorrência de questões políticas vivenciadas pela sociedade alemã no período, Marx abandona o seu país, indo para Paris (França) e, a seguir, para Bruxelas (Bélgica), até chegar a Londres, cidade na qual concluiu sua vasta produção, muito influenciado pelo desenvolvimento do capitalismo na Inglaterra vitoriana. Foi nesta cidade, que, no ano de 1883, Marx faleceu.



Herdeiro da Filosofia Clássica alemã, da Economia Política inglesa e do Socialismo francês, Marx elaborou um sistema de idéias - o marxismo, cujo conteúdo fundamental, a doutrina econômica, não pode ser compreendida sem o conhecimento de sua fundamentação filosófica. Adepto do materialismo filosófico, adotou, a princípio, as concepções do filósofo alemão F. Feuerbach, passando depois a criticá-las pelo seu mecanicismo e idealismo. Considerando a dialética elaborada por Hegel como a maior descoberta da Filosofia Clássica alemã, mas a ela se opondo por seu caráter idealista, aplicou-a na sua interpretação materialista da natureza e da história. A aplicação do materialismo dialético ao estudo dos fenômenos sociais deu origem à concepção materialista da história, defendida como a única posição científica de estudo da realidade social, por estar conforme à concepção dialética de que os fenômenos são estados de movimento da matéria. Assim, segundo a doutrina marxista, não são as idéias (super estrutura) que governam o mundo, mas, ao contrário, é o conjunto das forças produtivas materiais (infraestrutura) que determina as idéias e concepções de uma sociedade.

Como para Marx o pensamento não passa de reflexo do mundo real na consciência do homem, sua crítica à atitude contemplativa da filosofia hegeliana, que considera o pensamento como criador do real, está sintetizada na célebre afirmação: “Os filósofos não fizeram senão interpretar o mundo de diversas maneiras, importa agora, transformá-lo” (MARX; ENGELS, 1982, p. 21).

Historicidade e totalidade como categorias de análise

Para Marx, a realidade social é, em sua essência, uma realidade historicamente construída: cada sociedade tem características específicas, particulares, e o fundamental é elaborar conceitos para explicá-la. Na Introdução do livro, *Sociologia e sociedade: leituras de introdução à Sociologia*, os sociólogos brasileiros José de Souza Martins e Marialice M. Foracchi (1998, p. 4-5), escrevem, caracterizando o marxismo, do ponto de vista da teoria da história:

Diversamente das regularidades supostamente naturais da vida social, [...] o que temos é que a realidade social é histórica. Conseqüentemente, deve ser analisada pela utilização de um método que retenha essa historicidade. Nesse caso, o homem como produtor da sua própria História está no centro das preocupações. Convém, no entanto, explicitar que nem a História flui das concepções e desejos imediatos do homem, como se fosse apenas produto de uma ação deliberada, nem é processo anárquico ao sabor das circunstâncias fortuitas, de combinações acidentais.

O que Marx faz é mostrar que a História é um processo ordenado, produto da atividade humana (nisso a sociedade se diferencia da natureza), e que são as formas sociais que determinam a consciência do homem e não o contrário. Em conseqüência, o método científico não pode ser o mesmo no estudo de uma e de outra realidade. Ele [o método] precisa conter a possibilidade de apreender a vida social como realidade que está sendo continuamente transformada, mesmo pela participação involuntária das pessoas. [...] Pelo trabalho e pela acumulação, os homens transformam as suas condições de existência independentemente, pois, da sua vontade. Mas, o homem não produz apenas objetos; ao mesmo tempo em que produz objetos, ele produz relações sociais e produz idéias que justificam essas relações. Dizendo de outra maneira, para que os homens possam produzir, em condições determinadas, os objetos de que necessitam, precisam estabelecer relações sociais uns com os outros e, ao mesmo tempo, precisam ter uma justificativa e uma interpretação para essas relações, isto é, precisam legitimá-las.

Como o modo de produzir se altera em conseqüência dos resultados acumulados do trabalho, da atividade humana, as relações sociais necessárias para levar a efeito a produção também se alteram e, do mesmo modo, as concepções

que justificam e interpretam essas relações. Isso não que dizer que tais concepções penetrem na verdade da realidade social. Muito ao contrário, são concepções que encobrem a verdade, que interpretam destorcidamente a realidade, como se fossem, porém, verdadeiras. São, por isso, concepções ideológicas e não científicas. São aceitas e compartilhadas porque parecem verdadeiras, isso porque não sendo verdade fazem parte da verdade (FORACCHI; MARTINS, 1998, p. 4-5).

O que mais nos importa aqui é reforçar que para Marx a História é um processo em constante transformação e que o método científico que pretenda desvendá-la precisa conter a possibilidade de apreender a vida social como realidade que está em contínua transformação. Para ele, a história é a história da luta de classes, luta esta que conduz à substituição de uma classe social pela sua antagonista, até que possa nascer a sociedade sem classes. Vemos aí, uma ciência social assumidamente comprometida com os interesses de uma das classes sociais que compõem a estrutura social do modo de produção capitalista, ou seja, o proletariado.

Grande parte da obra elaborada por Marx objetiva demonstrar que embora na produção capitalista cada um pareça produzir o que quer e como pode, existem leis que regem o sistema capitalista de produção. Em sua obra mais importante e conhecida, *O Capital*, ele desvendou estas leis inerentes ao capitalismo como, por exemplo, a lei do valor, que de acordo com sua interpretação é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário à produção da mercadoria e, então, o valor resulta diretamente das relações entre as pessoas e não entre as coisas. Sua análise da sociedade capitalista revelou-se como a primeira corrente científica a destacar o problema do condicionamento histórico e social do pensamento e a desmascarar as ideologias de classe, por trás do discurso pretensamente neutro e objetivo dos economistas e demais cientistas sociais.

O modo de produção capitalista

Conforme escreve o sociólogo Raymond Aron, Marx pode ser considerado o sociólogo-economista do capitalismo e sua obra intelectual visa a explicar cientificamente a evolução deste modo de produção. Assim, dedicou-se não apenas a elaborar uma nova teoria que explicasse o desenvolvimento da sociedade industrial capitalista, mas acabou realizando uma profunda crítica à Economia Política e seus métodos, pois, diversamente dos economistas políticos clássicos, Marx considerava as leis da economia, como leis históricas, isto é, cada regime econômico tem suas leis próprias. Por outro lado, um determinado regime econômico não pode ser compreendido abstraído-se sua estrutura social. Segundo ele, existem leis econômicas características de cada regime porque são elas a expressão abstrata das relações sociais que definem um determinado modo de produção. Por exemplo, no sistema capitalista é a estrutura social que explica o fenômeno econômico essencial da exploração e, da mesma forma, é a estrutura social que determina a auto-destruição inevitável deste mesmo sistema.

Ao estudar as regras de funcionamento do modo de produção capitalista, a teoria marxista procurou demonstrar o constante processo de transformação que acompanhava a história das sociedades e acabou por formular uma lei geral: no curso do desenvolvimento da História, os modos de produção encontram-se em constante processo de transformação. Ao procurar responder à questão: qual o motor que impulsiona esta transformação, o marxismo, elabora a sua teoria das classes sociais.

Na obra *Sociologia: introdução à ciência da sociedade*, a autora, Maria Cristina Costa (1997, p.85) escreve:

As idéias liberais consideravam os homens, por natureza, iguais política e juridicamente. [...] Marx, por sua vez, proclama a inexistência de tal igualdade natural e observa que o liberalismo vê os homens como átomos, como se estivessem livres das evidentes desigualdades estabelecidas pela sociedade. Segundo Marx, as desigualdades sociais observados no seu tempo eram provocadas pelas relações de produção do sistema capitalista, que dividem os homens em proprietários e não proprietários dos meios de produção. As desigualdades são a base da formação das classes sociais. As relações entre os homens se caracterizam por relações de oposição, antagonismo, exploração e complementaridade entre as classes sociais.

Para Marx, cada modo de produção – antigo, escravista, asiático, feudal e capitalista – é constituído pelas forças produtivas e pelas relações sociais de produção a elas relacionadas e que tem como núcleo central um tipo específico de propriedade dos meios de produção. Ao se aprofundar no estudo da história, Marx elaborou uma teoria das classes, através da qual buscou explicar a evolução das instituições sociais. De acordo com ele, a história da sociedade humana é a história da luta de classes e, assim, senhores e escravos, senhores feudais e servos da gleba, capitalistas e operários, considerados, respectivamente, como opressores e oprimidos, são os representantes das classes sociais dos diferentes modos de produção encontrados ao longo da história da humanidade.

No caso do modo de produção capitalista, o que lhe dá especificidade é a separação entre o trabalho e a propriedade dos meios de produção, associada à produção de mais-valia. A este modo de produção, correspondem novas classes sociais: de um lado, o proletariado, despossuído dos meios de produção e que para viver deve vender sua força de trabalho que se transforma em mercadoria e, de outro, a burguesia, proprietária dos meios de produção.

Conforme escreveu Marx em *O Capital* (1980):

Os proprietários da simples força de trabalho, os proprietários do capital e os donos da propriedade fundiária, cujas respectivas fontes de renda são o salário, o lucro e a renda fundiária, ou seja, os trabalhadores assalariados, os capitalistas e os proprietários fundiários, constituem as três grandes classes da sociedade moderna, fundada sobre o modo de produção capitalista.

O proletário para sobreviver precisa vender sua força de trabalho, que passa a ser considerada como uma mercadoria que possui um valor de troca. Da mesma forma que as demais mercadorias colocadas à venda, a forma de se calcular o valor da força de trabalho, vendida pelo proletariado, tem por base o tempo de trabalho socialmente necessário para garantir a sua reprodução, ou seja, para garantir a aquisição dos valores de uso necessários à satisfação das necessidades do trabalhador em uma dada época histórica. Aparentemente, o salário do trabalhador parece ser o valor do seu trabalho, o que representa uma certa quantidade de dinheiro paga a uma quantidade de trabalho equivalente. Mas, na realidade, as coisas não são bem assim.

Ao formular a teoria da mais-valia, Marx observou que no processo de circulação capitalista o dinheiro aumenta, sendo este acúmulo que se transforma em capital. A mais-valia não é produzida pela troca de mercadorias, mas pela exploração do trabalho, sendo, por isso, o produto do trabalho não pago pelo capitalista ao operário. Para obter a mais-valia, o capitalista, que é o possuidor do dinheiro a ser empregado no processo produtivo, busca no mercado uma mercadoria cujo próprio valor de uso possua a qualidade original de ser fonte de valor. Esta mercadoria é exatamente a força humana de trabalho, comprada pelo capitalista por um valor determinado, do mesmo modo que o de qualquer outra, isto é, pelo tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção, qual seja, o custo da manutenção do operário e de sua família. Ao comprar força de trabalho, o capitalista adquire o direito de obrigá-la a trabalhar durante um certo número de horas, oito horas, por exemplo. Porém, como o operário cria em apenas cinco horas, por exemplo, o produto necessário ao custeio de sua manutenção, o que ele produz nas três horas restantes constitui o produto excedente, isto é, a mais-valia da qual se apropria o capitalista.

É neste sistema social, o capitalista, que mais claramente se revelam as estruturas de apropriação e de dominação entre as classes. Com a secularização da cultura e do comportamento, ocorrida com a Revolução Industrial, e o processo de urbanização correspondente, tidos como fenômenos típicos da consolidação da sociedade capitalista industrial, distinguem-se os fatores essenciais que vão estratificar a sociedade em classes, dentre eles, a posse de bens, tais como: propriedades, capital, meios de produção, etc. Assim, o critério econômico passa a ser o condicionante da mobilidade social, onde os homens se definem na pirâmide social pelo lugar que ocupam na produção.

As classes sociais são interdependentes entre si, mas são, ao mesmo tempo, antagônicas, gerando, assim, a luta de classes, fruto das próprias contradições internas do modo de produção capitalista. Mas o conflito somente se deflagra, quando a classe dominada, o proletariado, adquire consciência e parte para a ação política, transformando-se de classe em si em classe para si.

O econômico como determinante, em última instância

Em um de seus textos mais conhecidos e citados, o Prefácio da “Contribuição à Crítica da Economia Política”, Marx escreveu:

O resultado geral a que cheguei [...] pode resumir-se assim: na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações de produção que correspondem a uma determinada fase do desenvolvimento das suas forças materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a super-estrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas pelo contrário, o seu ser social é que determina sua consciência (MARX, In: MARX;ENGELS, s.d. p. 300).

A partir dessa afirmação, pode-se depreender que o postulado básico do materialismo histórico é o determinismo econômico, segundo o qual o fator econômico é determinante da estrutura de desenvolvimento das sociedades. A estrutura da sociedade é composta pela infraestrutura e pela super estrutura. A primeira é considerada a base econômica, formada pelas relações de produção e pelas forças produtivas. A super estrutura, por sua vez, é composta de dois níveis que se complementam: o primeiro, a estrutura jurídico-política, é formado pelas normas e leis que correspondem à sistematização das relações sócio-econômicas já existentes na sociedade; o segundo, a estrutura ideológica, composta por aspectos como o senso comum, a religião, a arte, a filosofia, a educação, dentre outros, é formado pelo conjunto de concepções e representações sociais elaboradas e propagadas pela classe social dominante, que através de sua ideologia defende seus interesses e o modo de produção que representa.

Com base na infraestrutura determinante, Marx afirmou que toda mudança social se origina a partir das transformações gestadas pelo desenvolvimento das forças produtivas que entram em descompasso com as relações de produção. Partindo deste pressuposto, a teoria marxista elabora uma classificação das sociedades, de acordo com a forma predominante de relações de produção nelas dominantes, correspondentes aos seguintes modos de produção:

comunitário, escravista, feudal, capitalista e aquele que ainda estaria por vir, o comunista, que se tornaria uma sociedade não mais dividida em classes sociais e que se instalaria através da ditadura do proletariado.

Críticas tem sido formuladas a esta concepção do materialismo histórico. Se de um lado, se opôs ao pensamento positivista, denunciando seu caráter conservador, preocupado em promover o equilíbrio social, de outro, o marxismo contesta o imobilismo do sistema, demonstrando sua permanente transformação. Neste aspecto, o materialismo histórico incorporou elementos da teoria evolucionista em voga no pensamento social europeu do século XIX. Segundo sua teoria da história, além do movimento permanente dos fenômenos, estes não estão sempre funcionalmente integrados, mas, ao contrário, em luta interna constante, provocando contradições que se resolvem historicamente, mediante mutações bruscas - acumulação das mudanças quantitativas até ocorrerem mudanças qualitativas.



Atividade de Aprendizagem

1. Explique os seguintes conceitos do paradigma marxista: (a) modo de produção; (b) forças produtivas; (c) relações sociais de produção; (d) salário e (e) mais-valia.

Para realizar esta tarefa você pode consultar o Glossário, no AVA Moodle e realizar uma pesquisa em “sites” da Internet.



2. Leia o seguinte depoimento de Luís Inácio Lula da Silva a respeito das greves organizadas pelos trabalhadores das grandes indústrias do ABC paulista, entre os anos de 1978 e 1980, quando ele era presidente do referido sindicato dos metalúrgicos:

Em São Paulo, em novembro de 1978, os patrões sabiam que precisavam combater as greves e decidiram uma orientação bastante clara: se os trabalhadores parassem o trabalho no interior das fábricas, não seriam servidas refeições, e haveria ‘locaute’ para forçá-los a sair para a rua. Na rua, a polícia pode ser chamada para resolver eventuais distúrbios (COSTA, 1997, p. 101).

Agora responda ao que se segue:

a) Qual o conceito de classes sociais, tomando como exemplo a referência às greves deflagradas na região do ABC paulista no período citado?

b) As greves são um sintoma das relações entre trabalhadores e capitalistas. Analise a afirmação feita por Lula, em seu depoimento, e fazendo uma comparação, responda: como têm sido essas relações nos últimos tempos, no Brasil?



3. Leia a matéria “Para nos informarmos melhor”, publicada no “site” Boletim HS Liberal:

Em 17/02/2007, o blog do Emir, trouxe excelente reflexão relativa à ideologia da nossa imprensa. Para Emir Sader, ‘a mídia latino-americana é cada vez mais igual, de um país para outro: age como um bloco político e ideológico de direita, cada vez mais homogêneo. [...] Diferentemente do que ocorre, por exemplo, na Espanha, onde ‘quem quiser ler um jornal de esquerda compra o El País, quem quer um jornal de direita compra o ABC’. Para fugirmos da mesmice, Emir recomenda fontes alternativas de informação e discussão, como: Carta Capital, Brasil de Fato, Caros Amigos, Fórum. [...] Na Internet há muitas páginas alternativas e Emir recomenda a leitura de Carta Capital e páginas de jornalistas como Paulo Henrique Amorim, Luís Nassif, Mino Carta, entre outros. [...] (Boletim HS Liberal, acessado em 16 de agosto de 2008).

Considerando os conceitos marxistas estudados, como super estrutura e ideologia, analise a matéria citada.

4. Retome o Formulário Autoavaliação dos Objetivos da Disciplina de Sociologia da Educação e faça sua autoavaliação. Discuta com o seu tutor presencial, os seus avanços e dificuldades.

Capítulo 4

Abordagens Contemporâneas
da Sociologia da Educação

4.1 Para Começo de Assunto...

“A aceleração do tempo de giro na produção envolve acelerações paralelas na troca e no consumo. Sistemas aperfeiçoados de comunicação e de fluxo de informações, associados com racionalizações nas técnicas de distribuição (empacotamento, controle de estoques, containerização, etc.), possibilitaram a circulação de mercadorias no mercado a uma velocidade maior. Os bancos eletrônicos e o dinheiro de plástico foram algumas das inovações que aumentaram a rapidez do fluxo de dinheiro inverso. Serviços e mercados financeiros também foram acelerados, de modo a fazer, como diz o ditado, ‘vinte e quatro horas ser um tempo bem longo’ nos mercados globais de ações. [...]

Dentre as inúmeras conseqüências dessa aceleração generalizada [...] foi acentuar a volatilidade e efemeridade de modas, produtos, técnicas de produção, processos de trabalho, idéias e ideologias, valores e práticas estabelecidas. [...]

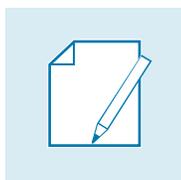
No domínio da produção de mercadorias, o efeito primário foi a ênfase nos valores e virtudes da instantaneidade (alimentos e refeições instantâneas e rápidas e outras comodidades) e da descartabilidade (xícaras, pratos, talheres, embalagens, guardanapos, roupas, etc.). A dinâmica de uma sociedade ‘do descarte’, [...] começou a ficar evidente [...]. Ela significa mais do que jogar fora bens produzidos (criando um monumental problema sobre o que fazer com o lixo); significa também ser capaz de atirar fora valores, estilos de vida, relacionamentos estáveis, apego a coisas, edifícios, lugares, pessoas e modos adquiridos de agir e ser” (HARVEY, 1992, p. 257-258).

“[...] as empresas tradicionais vêm desaparecendo do topo da lista das mais ricas do planeta. [...] o dono da Microsoft, empresa criada em 1977, é hoje [um dos homens] mais ricos do planeta. A empresa Netscape, na noite de seu primeiro dia de negociação na bolsa americana Nasdaq (National Association of Securities Dealers Automated Quotation), foi cotada a US\$ 3 bilhões, para um faturamento de apenas US\$ 17 bilhões.

Se antes o que gerava riqueza e poder era o domínio do capital, da terra e do trabalho, hoje a realidade é outra. Segundo a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), ligada à ONU, mais de 55 % da riqueza mundial advêm do conhecimento e dos denominados bens ou produtos intangíveis, como softwares, patentes, royalties, serviços de consultoria, e bens culturais como filmes, música e entretenimento em geral [...]” (CAVALCANTI; GOMES; PEREIRA, 2001, p.20-21).

“A EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) vem desenvolvendo uma variedade genética de banana, a banana pioneira, que resiste à principal doença sofrida por essa fruta no Brasil, a sigatoka amarela. A nova banana, sem perder o sabor, tem tamanho e peso 20% maior que a banana tradicional e gera frutos três meses antes do prazo habitual. As estimativas são de que um mesmo hectare plantado com a fruta produza, hoje, 70 % a mais do que há 25 anos. A banana pioneira é mais ciência que banana” (CAVALCANTI; GOMES; PEREIRA; 2001, p. 22).

Como já aprendemos nos capítulos iniciais deste fascículo, a emergência da Sociologia, no mundo moderno, ocorreu dentro de um quadro de profundas transformações sócio-econômicas e políticas e de aguda mudança de sensibilidade intelectual, que costumamos chamar de formação do pensamento social moderno, o que lhe permitiu se traduzir num modo específico de abordar o curso dos acontecimentos, o destino do homem e a percepção e explicação do cotidiano da modernidade. A Sociologia nasce, assim, com o objetivo de estudar e compreender o caldeirão de mudanças, conflitos e contradições que brotam do desenvolvimento da chamada sociedade moderna.



Atividade de Aprendizagem

Recomendo-lhe que releia cada citação anteriormente apresentada e reflita sobre elas. Com o intuito de colaborar com a sua tarefa, proponho-lhe alguns procedimentos:

- a) Identifique alguns aspectos que são comuns a todas elas;
- b) A seguir, recomendo que você realize uma pequena pesquisa e elabore uma lista, indicando algumas das características mais significativas que possam ilustrar o quadro de amplas mudanças econômicas, políticas, sociais, culturais que temos vivenciado;
- c) Escreva sobre as relações que podem ser estabelecidas entre estas grandes transformações e as novas exigências que estão sendo colocadas para a escola e para os profissionais da educação;
- d) Sugiro, ainda, que amplie os propósitos de elaboração desta reflexão e discuta com seus (as) colegas as conclusões a que você chegou.

Conforme já estudamos no início do terceiro capítulo deste fascículo, o nascimento e o desenvolvimento da sociedade industrial, moderna e capitalista resultaram de um processo de racionaliza-

ção dos diversos campos constitutivos da sociedade, que se inicia em fins do século XVIII, transformando não apenas as estruturas sociais, políticas e econômicas (com o desenvolvimento de novas formas de produção e comercialização de bens e produtos, mudanças na vida política a partir do estabelecimento dos regimes democráticos em oposição às monarquias absolutistas e aos regimes coloniais), mas, também, a vida cotidiana de homens e mulheres.

Assim sendo, ao iniciar este último capítulo do nosso fascículo, que tem como objetivo compreender as respostas que a Sociologia da Educação vem elaborando como alternativas às questões sociais e educacionais atuais, proponho a você refletir a respeito das profundas transformações pelas quais a sociedade contemporânea vem passando, e das suas implicações para nossa vida cotidiana e para a sua futura inserção como profissional da educação.

Vamos, então, destacar alguns objetivos que deverão orientar seus estudos nesse capítulo:

- analisar algumas das transformações sócio-históricas que caracterizam a sociedade contemporânea;
- refletir sobre acontecimentos da nossa vida cotidiana à luz dos conceitos sociológicos;
- avaliar o impacto causado pelas mudanças na educação e na formação dos profissionais da educação;
- conhecer e avaliar o desenvolvimento da Sociologia da Educação ao longo do século XX e início do XXI.

4.2 Crise da Modernidade e a Sociedade do Conhecimento

O modo de produção capitalista ao longo do século XIX e parte do século XX, fortalecido pelo desenvolvimento tecnológico e pelas transformações políticas e ideológicas, atinge as mais amplas regiões do globo terrestre, chegando a tal grau de desenvolvimento (embora distribuindo os resultados deste desenvolvimento, de forma desigual e injusta, entre as classes sociais e as nações) que levou o período localizado entre os anos de 1945 e 1975 a ser denominado de “trinta anos gloriosos”.

Alguns aspectos marcantes que manifestam o desenvolvimento da sociedade capitalista ao longo desse período podem ser destacados:

- as altas taxas de crescimento econômico que vigoraram não apenas entre os países desenvolvidos, mas até entre países como o Brasil, considerados em processo de desenvolvimento;
- o grande avanço do conhecimento científico e tecnológico que gerou novas formas de produção, na indústria, agricultura e serviços;
- as mudanças ocorridas no cotidiano da nossa vida, propiciadas pelo desenvolvimento dos meios de comunicação, nas novas formas de lazer e de trabalho;
- o estabelecimento do chamado Estado do Bem-estar Social;
- a proliferação dos padrões consumistas da chamada cultura de consumo de massa.

A conjunção desses diversos elementos era um sintoma, como afirmavam os defensores do capitalismo e do modelo de sociedade que ele havia gerado, da potencialidade de desenvolvimento desse modo de produção. No entanto, caminhando paralelamente a esse desenvolvimento, essa mesma sociedade se via diante do temor à guerra fria e à ameaça das armas letais, a da proliferação da propaganda política, que ideologicamente construía a separação entre dois mundos antagônicos: o capitalista e o socialista.

Havia, ainda, uma crescente preocupação com a totalização do Estado, manifestada sob a forma de diversas instituições políticas e civis, como a “mídia”, denominada de “o quarto poder”, e a conseqüente subordinação do cidadão, que só podia se manifestar através dos sindicatos, da opinião pública, do voto da maioria. Eram as cadeias da racionalização e da burocratização, como já havia apontado o sociólogo Max Weber, atropelando os ideais de liberdade propagados pelo liberalismo político e econômico.

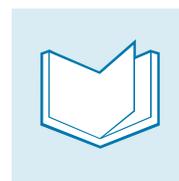
A agressão ao meio ambiente e a degradação da vida, geradas pelo intenso uso dos recursos naturais e pelo frenético desenvolvimento tecnológico, assim como o processo de incorporação subordinada dos países em desenvolvimento, então denominados “terceiro mundo”, aos padrões de industrialização e consumo que o capitalismo havia atingido, também ameaçavam as altas taxas de crescimento e desenvolvimento, abalando a crença na sociedade de progresso e bem-estar que a ideologia capitalista propagava.

Em conjunto, esses diversos aspectos, contraditórios entre si, resultaram em profundas transformações que marcaram o cenário histórico em que vivemos. Em linhas gerais, foi a partir dos anos sessenta do século passado, que uma série de acontecimentos, processos e fenômenos passaram a introduzir uma nova configuração na ordem estabelecida. Para não nos perdermos na questão da denominação atribuída a este período histórico, vamos identificá-lo pelo nome, amplo e genérico, de contemporaneidade.

Para uma melhor compreensão desse período, podemos associá-lo ao aparecimento de uma nova maneira de caracterizar as formas de sociabilidade, de conceber o papel do conhecimento, e à intensificação da globalização da economia. Tais fatores estão afetando nossa vida nos mais variados aspectos, a exemplo da cultura, das relações de poder, da economia, etc. Assim, vamos procurar mapear, em alguns dos aspectos citados, as mudanças ocorridas na nossa sociedade nesse período.

Para saber mais...

Para complementar esta discussão, aqui apenas iniciada, sugiro, de acordo com a sua possibilidade, a consulta, na Biblioteca Central da UFES, do capítulo intitulado “A cultura da virtualidade real: a integração da comunicação eletrônica, o fim da audiência de massa e o surgimento de redes interativas”, publicado na obra *A sociedade em rede* (1999), do sociólogo Manuel Castells, no qual é discutida a relação entre os avanços ocorridos nas tecnologias de comunicação e informação e as transformações que vêm se processando nas relações sociais.



Do ponto de vista político, podemos citar o intenso processo de privatizações e desregulamentação do trabalho, advindo da crise do chamado Estado-providência. No que diz respeito às relações entre o Estado e os cidadãos, surgem os “novos movimentos sociais” trazendo para a cena política, novos sujeitos sociais e políticos para além das classes sociais e seus instrumentos de luta e reivindicações, como os sindicatos e os partidos. Esses sujeitos e suas formas de luta são o resultado de uma maior fragmentação da identidade do sujeito moderno, fazendo brotar indivíduos e grupos sociais que se identificam não apenas como pertencentes a um dos segmentos de classe da estrutura social capitalista, mas que se identificam, se aproximam e reivindicam como mulheres, idosos, jovens, homossexuais, negros, portadores de necessidades especiais, dentre outros.



Para saber mais...

O antropólogo Stuart Hall, na obra denominada *Identidade cultural*, publicada pela Fundação Memorial da América Latina no ano de 1997, analisa esse processo de fragmentação da identidade do sujeito moderno, que você pode consultar para compreender melhor esse tema.

Na contemporaneidade, uma nova relação público-privado se instaura, diluindo ou até mesmo invertendo posições, redimensionando o espaço político tradicional, anteriormente centralizado no Estado, organizado em torno de suas ações. A esfera privada aparece como espaço gerador de relações de poder, dotadas de uma dinâmica própria e múltiplas formas de lutas e de conflitos, e recoloca a questão da dinâmica política da sociedade. A concepção de participação política se amplia e passa a ser exercida como uma afirmação de direitos pelos novos grupos sociais.

Do ponto de vista das mudanças econômicas e dos avanços tecnológicos, o acelerado processo de globalização atinge os mercados de trabalho e de produtos competitivos e os sistemas de informação, modificando, significativamente, os processos de industrialização e comercialização, característicos do capitalismo em sua fase concorrencial.

A evolução dos meios de transporte do século XVIII possibilitou redução de custos e a movimentação de cargas em grandes volumes, com efeitos multiplicadores sobre toda atividade econômica. De modo semelhante, o progresso nas comunicações e na tecnologia de processamento de informações nas últimas décadas, permitiu a inovação e ampliação de operações financeiras ao mesmo tempo em que possibilitou uma nova lógica de organização e administração do processo produtivo. O desenho das estratégias produtivas passou a compreender a realocação física das unidades produtoras [...], e a definição da linha produtiva a partir da interação constante com os clientes, entre outros aspectos inovadores. A desregulamentação dos mercados financeiros e as novas formas de conceber e gerenciar o processo produtivo constituíram os lubrificantes que possibilitaram as mudanças tão significativas que temos observado (BAUMANN, 1996, p. 39).

Esse conjunto de inovações nos padrões de produção e organização do trabalho da sociedade capitalista está fortemente atrelado a um novo elemento que é o papel desempenhado pelo conhecimento, pela informação, quer no âmbito da produção como no do

consumo. O colapso do sistema capitalista, decorrente da expansão do pós-guerra, os chamados “30 anos gloriosos”, gerou não só uma crise no modo de acumulação baseado no fordismo, mas a constituição de um novo modelo que passou a ser denominado de regime de acumulação flexível.

No dizer de Juan Carlos Tedesco (1998, p. 17-18), a idéia de fábrica flexível é:

[...] adaptada aos mercados de troca tanto em termos de volumes como de especificações, o que se expressa (no nível pessoal e no da organização da produção) nas noções de polivalência, equipes multitarefa, plantas multiproduto, em que se valoriza a capacidade da pessoa de trabalhar em equipe e adaptar-se a condições e exigências de mudança.

Como resultado dessas transformações nas esferas econômica e política, a consciência histórica se dissipa e a noção de tempo que caracteriza o homem da modernidade tardia se materializa em um eterno presente. A concepção projetiva, que busca por meio da crítica distanciar-se do passado, da tradição que embasava a maneira de se lidar com o tempo na modernidade, é substituída pela lógica do aqui e agora, que impacta nossos conceitos de tempo e espaço e se traduz na lógica da instantaneidade e da descartabilidade sobre as quais nos relata David Harvey (1992) na citação que reproduzimos no início desta unidade.

David Harvey ainda escreve na mesma obra citada:

[...] vou me referir ao conceito de ‘compressão do tempo-espaço’ [para] indicar processos que revolucionam as qualidades objetivas do espaço e do tempo a de nos forçarem a alterar, às vezes radicalmente, o modo como representamos o mundo para nós mesmos. Uso a palavra ‘compressão’ por haver fortes indícios de que a história do capitalismo tem se caracterizado pela aceleração do ritmo da vida, ao mesmo tempo em que venceu as barreiras espaciais em tal grau que por vezes o mundo parece encolher sobre nós (HARVEY, 1992, p. 219).

No que diz respeito à cultura, as questões não são menos complexas.

A educação formal, considerada como vazia de sentido, passa a ser acusada de subordinação aos parâmetros da racionalidade e da especialização impostos pela lógica imperante na pedagogia do treinamento, característica do modo de produção capitalista

como podemos ver em Max Weber. Questionada em suas bases, a escola responde com um conjunto de mudanças tanto do ponto de vista do conteúdo, como do ponto de vista político-social. Estamos, assim, assistindo a profundas alterações na legislação, nos modelos curriculares, nas práticas educativas, dentre outras.



Para saber mais...

Você pode consultar, na Biblioteca Central da UFES, a obra *Didática do Ensino da Contabilidade*, organizado por Ivam Ricardo Peleias, para conhecer melhor como essas transformações do sistema educacional vêm se refletindo nos cursos universitários e na formação dos futuros profissionais.

Passando à questão da religião, longe de sucumbir ao desencantamento do mundo, afirma-se como fonte de solidariedade entre os indivíduos, atribuindo sentido ao mundo, embora se caracterize por uma intensa fragmentação de seitas, manifestas em práticas e rituais diversificados.

A tradicional distinção entre arte popular e arte de elite se dissipa, resultando numa bricolagem entre cultura popular e cultura de elite. A reprodutibilidade técnica avança sobre todos os objetos da cultura, transformando-os em bens culturais e fazendo-os circular em um mercado de consumo que tem na mídia, com sua lógica da diversão e banalização, um dos seus principais atores.

Esse conjunto de transformações acarretou profundas alterações na moderna concepção de tempo e espaço, colocando novos parâmetros de ação e representação para a cultura, a arte e a religião, além de trazer consequências para a ciência. No que diz respeito ao pensamento social, e especificamente à Sociologia, a crise se manifesta na dificuldade de explicação do real, ou seja, as tipologias criadas pelos seus clássicos, na virada do século XX, e as abordagens que se desenvolveram até meados deste mesmo século, encontram dificuldades para iluminar esse real transformado.

A dificuldade em explicar o real não quer dizer tão-somente que um paradigma específico está em crise; é um questionamento mais amplo, dirigido ao próprio campo científico, estabelecido a partir da concepção positiva de ciência. Os elementos constitutivos desse modo de pensar, como a idéia de progresso, o primado da razão nos moldes positivistas, o darwinismo social, assim

como a concepção da totalidade explicativa, passam a ser questionados como orientadores do modo de fazer ciência e de explicar e compreender o real.

Os desafios no campo das ciências sociais para dar respostas às questões que surgem em detrimento dos novos valores que se fazem presentes na vida social e que afetam, de forma direta e indireta, populações inteiras do planeta são cada vez mais prementes. É preciso abdicar de algumas verdades científicas tidas, até então, como inquestionáveis e admitirmos que no campo do conhecimento ainda engatinhamos. O racionalismo científico que marcou o desenvolvimento das sociedades ocidentais a partir do século XVIII moldou a lógica do mundo pelos valores decorrentes da ocidentalização do pensamento e nos trouxe, por um lado, conquistas e avanços significativos, “nos fez modernos”, mas, por outro, foi responsável por um modelo de desenvolvimento perverso e destruidor, tanto para o meio natural, como para as culturas humanas.

Pretendemos, a seguir, apresentar um breve resumo, para caracterizar o desenvolvimento da Sociologia da Educação, com o intuito de, não apenas mapear as diferentes correntes teórico-metodológicas deste campo de estudo, mas também, e principalmente, identificar e analisar as exigências que vem sendo colocadas à nossa disciplina, no sentido de dar respostas à crise de paradigmas e a como ela está afetando a educação e seus estudos e pesquisas.

Zaia Brandão (1997), professora e membro de uma equipe interdisciplinar de pesquisadores que atuam na Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro, que vem se dedicando, desde o início da década de 90, ao estudo desta questão, escreve:

[...] diante do cenário do pós-modernismo [questiono] a situação de certezas anterior à crise dos paradigmas: seria ela melhor do que a maré de incertezas em que o homem contemporâneo se vê mergulhado? ‘Perda ou liberação?’ é a pergunta com que [convido] o leitor a uma instigante reflexão sobre os desdobramentos da crise no campo da Educação, que [considero] uma crise de paradigmas (BRANDÃO, 1997, p. 11).

E a respeito de como as ciências, preocupadas com a análise da educação na sociedade contemporânea, devem se posicionar, a autora acrescenta:

[O debate deve permitir] focalizar as diferentes óticas de avaliação do tem da crise de paradigmas e seus efeitos sobre o campo da Educação. [Deve possibilitar] ainda, reavaliar o sig-

nificado pedagógico da crise de um modelo de Ciência fundado nos conceitos de causalidade e determinação, e fecundado na idéia de verdade científica. O abalo das certezas (antes tão procuradas pelos que pretendiam fazer Ciência), a flexibilização das fronteiras entre as diferentes tradições científicas, bem como a desconfiança das grandes teorias com pretensão à perenidade explicativa são apenas algumas das características de um momento que vem sendo tipificado como aquele da crise dos paradigmas (BRANDÃO, 1997, p. 07).

Vejamos como esta preocupação se refletiu sobre a produção teórica e de pesquisa da Sociologia da Educação, ao longo do século XX.

4.3 A Sociologia da Educação e os Desafios Impostos pela Contemporaneidade

A Sociologia da Educação na primeira metade do século XX

A sociedade capitalista, após superar a profunda crise de superprodução que desembocou na conhecida Crise de 29, embarca em um período de reconstituição de suas bases sociais, políticas e econômicas, com vistas à retomada do desenvolvimento do modo de produção capitalista. A ideologia liberal do livre mercado e do Estado não interventor na economia não podia mais se sustentar e, uma nova concepção da relação Estado e sociedade começa a se formar, exigindo dele um novo papel: o de planejador da economia.

As transformações ocorridas ao longo da década de 30, atreladas ao fim da Segunda Guerra Mundial proporcionaram a expansão econômica que caracterizou os “30 anos gloriosos”, e neste quadro, a educação passou a ser considerada como importante fator de desenvolvimento. O Estado planejador, interessado em fomentar o desenvolvimento, colocou metas para as políticas públicas e, a educação passou a ser valorizada como fonte de mobilidade

profissional, ao qualificar a força de trabalho necessária para o intenso processo de crescimento industrial capitalista e, consequentemente, como fator de mobilidade social. A educação se tornou foco de reivindicações por parte dos filhos das classes trabalhadoras e por parte do Estado passou a ser vista como instrumento para diminuir as desigualdades sociais da sociedade.

Para a Sociologia da Educação, as décadas de 1950 e 1960 serão bastante profícuas, pois devido aos interesses governamentais, muitos investimentos em pesquisa sobre educação foram feitos, o que favoreceu uma grande produção de pesquisas quantitativas com o objetivo de avaliar o retorno dos investimentos planejados e averiguar o papel da formação educacional nas possibilidades de ascensão social das classes menos favorecidas.

O sociólogo norte-americano Charles Wright Mills, no artigo “Educação e classe social”, analisando a relevância do acesso à educação como fonte de mobilidade social, caracterizou-a como “o elevador educacional”, escrevendo:

A crença norte-americana no valor da educação escolar universal tem sido sempre um traço marcante da ideologia democrática. [...] A esperança de mais educação escolar vem sendo paulatinamente realizada [e o] crescimento maciço nas matrículas fortaleceu o sentimento de igualdade de status [...] Na vida do white collar e em seus modelos de obtenção de sucesso, o aspecto educacional da carreira do indivíduo torna-se a chave de todo o seu destino ocupacional (MILLS, In: PEREIRA; FORACCHI (Orgs.), 1978, p. 271 – 273).

Para saber mais...

Você pode consultar, na Biblioteca Central da UFES, a obra *Sociologia da Educação*, de Alberto Tosi Rodrigues, p. 95 –99, para compreender melhor a proposta do sociólogo alemão Karl Mannheim (1893 – 1947) de uma educação mais adequada aos objetivos de uma sociedade democrática, dirigida pelo planejamento racional.



Para efeito dos nossos estudos sobre o desenvolvimento da Sociologia da Educação contemporânea, é importante sabermos que o paradigma sociológico, que orientou esta fase de grande produção na área, foi o funcionalismo. Aliás, é conveniente acrescentar que a influência do funcionalismo, durante esse período, não se restringiu apenas à Sociologia da Educação. Esse paradigma influenciou as

pesquisas sociológicas sobre meios de comunicação, cultura, trabalho, dentre outros temas, ocupando um importante papel e brilhando sozinho e fulgurante até os anos 60 quando passou a ter que disputar espaço com as análises influenciadas pela tradição marxista.

No que diz respeito à Sociologia da Educação, podemos dizer que a afirmação: a escola como instituição de socialização das jovens gerações, pelas gerações mais velhas pode ser a máxima em torno da qual se organiza a concepção funcionalista nos estudos dessa área. Considerando a distinção criada por Durkheim, entre consciência individual e consciência coletiva, ambas convivendo em um mesmo indivíduo, salta aos nossos olhos a relevância por ele atribuída ao sistema de ensino como elemento de socialização, como sistema encarregado de transmitir as regras morais da sociedade, propiciando a interiorização de códigos, regras e comportamentos com o objetivo de manutenção do todo social. Nesta perspectiva, a sociedade é concebida como um amplo sistema em funcionamento, na qual os indivíduos são vistos como meros elementos funcionalmente articulados. Para o sociólogo francês, a educação cumpria ainda, na sociedade industrial, o papel de reforçar a divisão social do trabalho, à medida que as diferenças de possibilidades de acesso à educação, diferenciariam os indivíduos entre si, garantindo uma maior coesão do todo social.

É a partir dessa concepção de sociedade e de educação concebida como elemento de socialização, que o funcionalismo desenvolveu, ao longo dos anos 50 e 60, um grande número de pesquisas sociológicas versando sobre temas como a questão da desigualdade de acesso à educação, a relação entre escolarização e mobilidade social e os condicionantes sócio-culturais do sucesso ou do fracasso escolar. A perspectiva funcionalista serviu, também, como suporte epistemológico para as pesquisas dos economistas, que debruçados sobre a relação entre desenvolvimento econômico e nível de escolaridade, difundiram a teoria do capital humano.



Para saber mais...

O artigo “Enfoques teóricos da Sociologia da Educação”, publicado por Cândido Alberto Gomes (GOMES, 1985, p. 19 – 92) pode contribuir para ampliar sua compreensão a respeito da ênfase na função técnica da educação, atribuída pelo paradigma funcionalista e pela sua principal concepção de educação como uma base, socialmente justa de seleção dos mais capazes.

A associação entre uma ampla produção de dados quantitativos e informações a respeito do funcionamento dos sistemas de ensino propiciada pelas pesquisas inspiradas pelo funcionalismo e, o fortalecimento dos movimentos sociais e políticos em prol de reformas sociais e, também no âmbito da educação, levou ao aparecimento de críticas a esse paradigma e ao florescimento das análises baseadas na crítica à ideologia liberal, como a vertente marxista, por exemplo.

A análise de Juan Carlos Tedesco, que reproduzimos a seguir, é um indicativo dos componentes teóricos e ideológicos que prevalecem na crítica ao funcionalismo, como paradigma orientador na Sociologia da Educação dos anos 50 e 60:

[os estudos] tendem a demonstrar que o papel da educação na mobilidade social e na neutralização das desigualdades é muito menos importante do que se supunha. O peso dos fatores extra-escolares determina que as crianças cheguem à escola com diferentes capitais culturais. Por sua vez, o sistema educacional oferece serviços de qualidade diferente em função da origem social das crianças, de tal modo que as crianças pobres freqüentam escolas pobres, escassamente servidas de pessoal e material didático, e quando saem da escola o mercado de trabalho atua de tal modo que oferece postos de diferente produtividade e ganhos para o mesmo nível educacional. Deste ponto de vista, alguns autores sintetizam o problema dizendo que a desigualdade existe antes do ingresso na escola, durante a permanência nela e depois da saída (TEDESCO, 1985, p. 60 – 61).

Os anos 1960 e 1970: neomarxismo e a teoria da reprodução

Em um capítulo anterior deste fascículo, tivemos oportunidade de estudar o materialismo histórico-dialético, e sua relevância, não apenas para a Sociologia, como para as Ciências Humanas de modo geral. Vamos procurar, aqui, compreender o papel ocupado por esse paradigma clássico na Sociologia da Educação.

Como já destacamos anteriormente, de acordo com a análise marxista do modo de produção capitalista, alguns pressupostos são fundamentais para compreendermos as bases da interpretação da Sociologia da Educação, nessa vertente:

a. Os fatores econômicos são os elementos determinantes da superestrutura em uma sociedade, inclusive sobre os sistemas de ensino, que dela fazem parte, assim como as leis, a religião, as crenças e mitos, etc.;

b. A burguesia, classe social dominante na sociedade capitalista é a responsável pela disseminação da sua ideologia para as demais classes sociais, a saber, o proletariado e os setores médios, no dizer de Karl Marx; e, a escola, como um dos aparelhos ideológicos do Estado, conforme conceito elaborado pelo marxista francês, Louis Althusser, cumpre seu papel de transmitir esta ideologia.

Tendo como orientação tais concepções epistemológicas, a Sociologia da Educação, ao longo das décadas de sessenta e setenta, produziram uma vasta bibliografia, que tendo por objetivo a crítica à sociedade capitalista e à escola como instituição ideologicamente comprometida com a perpetuação da estrutura de classe do modo de produção capitalista, recebeu o nome de teorias da reprodução. Sobre isso, vejamos a citação a seguir:

Estes trabalhos vieram a ser identificados num corpo teórico designado sob o nome de teorias da reprodução, com representações significativas na França e nos Estados Unidos. Sua tese central para explicar a função da escola na sociedade retomava a relação entre desigualdade econômica e desigualdade de atendimento escolar, considerando, entretanto, que essa relação, que a teoria funcionalista abordava como disfuncional, era, pelo contrário, funcional, e que deveria ser explicada como uma contradição produzida nas relações sociais da sociedade capitalista (ZAGO; CARVALHO; VILELA (Orgs.), 2003, p. 16).

Dentre os principais representantes desta perspectiva de análise na Sociologia da Educação, podemos enumerar os sociólogos norte-americanos S. Bowles e H. Gintis, que estudaram o papel da escola tanto na qualificação da mão-de-obra destinada à perpetuação da divisão social do trabalho vigente na sociedade capitalista, quanto sua relevância como instituição socializadora, questionando a escola como transmissora da concepção ideológica que reforça o mito da organização social meritocrática.

No entanto, é na Sociologia da Educação francesa, que o neo-marxismo trará sua maior contribuição, não só com Louis Althusser, como já indicamos, mas, com outros sociólogos de expressão, como: Baudelot e Establet, que preocupados em pesquisar a função das redes de ensino, pública e privada, do sistema de ensino francês, produziram uma crítica sobre a escola, como elemento de manutenção das desigualdades de classe, e ainda, Bourdieu e Passeron, que grande influência tiveram na Sociologia da Educação produzida pelos pesquisadores no Brasil.

Considerando a relevância destes dois últimos teóricos franceses, procuramos incluir aqui, em linhas muito gerais, um dos principais conceitos, o de capital cultural, que orientou suas análises a respeito dos fenômenos culturais da sociedade capitalista, como os meios de comunicação de massa, a religião, e, em especial a educação:

[...] a noção de ‘capital cultural’ introduzida por P. Bourdieu e J. C. Passeron em *La Reproduction* e redefinida em *Actes* (1979) marca ‘uma ruptura com os pressupostos inerentes tanto à visão corrente que considera o sucesso e o fracasso escolares como um efeito das aptidões naturais, quanto às teorias do capital humano’ e abandona o discurso da desigualdade dos desempenhos escolares ‘ao colocar, de saída, a ênfase na distribuição desigual entre as classes, dos instrumentos necessários à apropriação dos bens culturais (FORQUIN, 1995, p. 189).

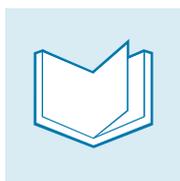
E, continuando sua análise, Forquin ainda afirma:

[...] o capital cultural, como hipótese, permite a apreensão prática das funções sociais do sistema de ensino e suas relações com o sistema econômico, desvenda a natureza da ‘alquimia social’. Coloca, particularmente, em evidência as estratégias de conversão do capital econômico em capital escolar, sobretudo ao que se refere aos fatores conjunturais da explosão escolar e à inflação dos diplomas (FORQUIN, 1995, p. 190).

Crise de Paradigmas e a Pesquisa Qualitativa na Sociologia da Educação

As décadas de 80 e 90, ao evidenciarem as profundas transformações pelas quais a modernidade tardia atravessava, como já explicitamos no início deste capítulo, acarretaram para a Sociologia da Educação uma parada para reflexão e, um novo paradigma sociológico passa a ser o orientador das pesquisas e estudos na área. Partindo do pressuposto que considera, como afirma Jean-Claude Forquin (FORQUIN, 1995, p.183), “[...] a educação é um objeto de natureza, particularmente, complexa [...]”, a Sociologia da Educação atravessou este período de tempo, na busca de novos paradigmas de interpretação e de novos métodos e técnicas de pesquisa destinados ao estudo de seu objeto. Assim sendo, a perspectiva interdisciplinar, como a aproximação com a Antropologia e os estudos etnográficos, assim como com as abordagens da Etnometodologia, que conduziram às pesquisas no campo das metodologias qualitativas dos estudos de campo, da observação em profundidade, serão fontes de novos avanços para esta área de conhecimento. Citando Jean-Claude Forquin (1995), organizador de um importante livro, intitulado *Sociologia da Educação: dez anos de pesquisa*, que escreve a respeito desta tendência de desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares na Sociologia da Educação, podemos compreender melhor esta afirmação, quando associa esta nova exigência metodológica, à percepção da complexidade do objeto de estudo, que é a educação:

[a complexidade da educação, como fenômeno social demanda] uma outra maneira de compreender a abordagem interdisciplinar que consiste em associar, no seio da mesma equipe, especialistas de diferentes disciplinas. [Assim como a introdução de novas técnicas e metodologias de pesquisa, como as] as narrativas e histórias de vida - utilizadas como método ou na perspectiva da ‘construção de um novo procedimento sociológico que permita conciliar, simultaneamente, a observação e a reflexão’ (FORQUIN, 1995, p. 183 – 184).



Para saber mais...

O artigo intitulado “A sala de aula: um conjunto desesperadamente vazio ou um conjunto desesperadamente cheio?” publicado na obra *A escola primária no cotidiano*, da francesa Régine Sirota (SIROTA, 1994, p. 11 – 36) contribui para uma melhor compreensão dos conceitos e da perspectiva metodológica desta perspectiva de análise.

O livro *Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em Sociologia da Educação* (2003), organizado por um conjunto de pesquisadores ligados ao grupo de trabalho Sociologia da Educação, da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação (Anped), não apenas reforça nosso conhecimento sobre essa busca de novas metodologias mais condizentes com a análise do fenômeno educação, como evidencia a importância que o paradigma da Teoria da Ação, de inspiração weberiana, passará a ocupar neste campo dos estudos sociológicos.

E, mais uma vez, Jean-Claude Forquin (1995), pode colaborar neste aspecto, quando afirma:

A sociologia da educação andava em busca de uma concepção mais dinâmica da ação individual: o agente se transforma em ator. Uma vez mais, a sociologia volta-se para o 'nível concreto particular como agenciamento específico de situação, projetos e atos', para as ações reais e vivência dos indivíduos como únicos portadores de sentido (FORQUIN. 1995, p. 185).

Apenas a título de informação, e, para finalizarmos este percurso sobre o desenvolvimento da Sociologia da Educação, ao longo do século XX, não poderemos deixar de mencionar a contribuição de um grupo de sociólogos britânicos, que durante os anos setentas, dedicaram-se a estudar "o sistema complexo de relações entre a estrutura dos saberes e o modo de funcionamento das transmissões escolares, como também a desvendar as formas dominantes de poder e de controle social que são exercidas no interior das escolas" (ZAGO, 2003, p. 21). Conhecida como a Nova Sociologia da Educação, esta vertente trouxe relevantes estudos de sociólogos como Michel Apple.

Atividade de Avaliação

1. Leia a seguinte citação de Maria de Lurdes C. D. Nosella (1981), que apresenta uma concepção a respeito do papel da escola na sociedade.

"O Esforço Recompensado

Otávio [...] se dirigia à escola, ao passar em frente a uma grande e luxuosa casa, o menino que ali morava gritou-lhe: - Menino [...], onde vai com tamanha pressa?

- Vou à escola. Respondeu Otávio.

- Ora, deixe de ser bobo! [...] Venha brincar comigo! [...]

- Não posso, preciso estudar. Disse Otávio.





E, enquanto caminhava, ia pensando: - Se Deus quiser, o meu esforço será recompensado.

E Otávio, já moço voltou ao lugar do tempo de criança.

Foi procurar pela casa bonita de Rubens, mas, ao passar em frente, encontrou ali apenas um homem maltrapilho, entre as ruínas da casa. [...]

- E o menino que aqui morava? Indagou Otávio.

- Aquele menino sou eu. Respondeu Rubens. Um incêndio medonho destruiu tudo, ficamos pobres. E como eu não sabia fazer nada, agora vivo de esmolas.

Otávio pensou: Tinha razão minha mãe, que dizia: - O estudo é um tesouro. E um tesouro que ninguém consegue destruir. Hoje estou formado e arranjo emprego com facilidade” (NOSELLA. 1981, p. 18)”

Analise a concepção de escola representada neste texto escolar, relacionando-a ao paradigma funcionalista, que na Sociologia da Educação contemporânea, concebe o sistema de ensino como fator de ascensão social na sociedade capitalista.

2. O que é capital cultural de acordo com os sociólogos P. Bourdieu e J. C. Passeron? Crie um exemplo que demonstre seu entendimento a respeito deste conceito.



3. Leia o texto “Os pilares da educação do futuro”, publicado no AVA Moodle, e considerando os conhecimentos adquiridos na disciplina de Sociologia da Educação, pesquise, analise e escreva um texto sobre o papel da escola como instituição socializadora na sociedade contemporânea.

4. Retome o Formulário de Autoavaliação dos Objetivos da Disciplina de Sociologia e faça sua autoavaliação. Discuta com seu tutor, os seus avanços e dificuldades.

Referências

ANDERY, M. A. et all. Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1994.

ARON, R. As etapas do pensamento sociológico. São Paulo/Brasília: Martins Fontes/Ed. da UnB, 1987.

AVRITZER, L.; DOMINGUES, J. M. (Orgs.). Teoria social e modernidade no Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

AZZI, R. G.; SILVA, S. H. S. A importância de um novo olhar do professor para os alunos: um primeiro passo na busca de melhores resultados no processo ensino-aprendizagem In: SISTO; OLIVEIRA; FINI. (Orgs.). Leituras de Psicologia para formação de professores. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 135-147.

BAUMAM, Z. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BENDIX, R. Max Weber: um perfil intelectual. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

BERGER, P. L. Introducción a la Sociología. México: Editorial Limusa Wiley, 1967.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. A construção social da realidade. Petrópolis: Vozes, 1985.

BERGER, P.; BERGER, B. “Socialização: como ser membro da sociedade?” In: FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. S. Sociologia e sociedade: leituras de introdução à Sociologia. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1994.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; GIANFRANCO, P. Dicionário de Política. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992.

BOUDON, R.; BOURRICAUD, F. Dicionário crítico de Sociologia. São Paulo: Ática, 1996.

BRANDÃO, Z. (Org.). A crise dos paradigmas e a educação. São Paulo: Cortez, 1997.

BRESCIANI, M. S. M. Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BROOM, L.; SELZNICK, P. Elementos de Sociologia. Rio de Janeiro/São Paulo: Livros Técnicos e Científicos, 1979.

BRYM, R. J.; LIE, J.; HAMLIN, C.L. Sociologia: sua bússola para um novo mundo. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

CASTELLS, M. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, A. M.; DIAS, E. F. Introdução ao pensamento sociológico. Rio de Janeiro: Eldorado, 1981.

CASTRO, C. M. "O ensino médio congestionado", Revista Veja. São Paulo: Ed. Abril, 02/maio/2007, p. 26.

CHARON, J. M. Sociologia. São Paulo: Saraiva, 2004.

CHINOY, E. Perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Bloch, 1967.

CODO, W.; SAMPAIO, J.; HITOMI, A. Indivíduo, trabalho e sofrimento. Petrópolis: Vozes, 1993.

COHN, G. (Org.). Weber: Sociologia. São Paulo: Ática, 1997.

COHN, G. (Org.). Sociologia para ler os clássicos. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977, p.131.

COSTA, C. Sociologia: introdução à ciência da sociedade. São Paulo: Moderna, 1997.

COULSON, M.; RIDDELL, D.S. Introdução à crítica à Sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

DAYRELL, J. "O jovem como sujeito social", RBDE. set. / dez. / 2003, p. 40/52, www.scielo.gov.br acessado em 05/junho/2009.

DURKHEIM, E. As regras do método sociológico. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

_____ A divisão do trabalho social. Lisboa/São Paulo: Editorial Presença/Martins Fontes, 1977.

_____ O suicídio. São Paulo: Nova Cultural, 1978.

- _____ Educação e Sociologia. São Paulo: Melhoramentos, 1978.
- _____ A evolução pedagógica. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- ELIAS, N. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- FAUCONNET. "Introdução", In: DURKHEIM, E. Educação e Sociologia. 1978.
- FERREIRA, R. M. Sociologia da Educação. São Paulo: Moderna, 1993.
- FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. S. Sociologia e sociedade: leituras de introdução à Sociologia. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1994.
- FORQUIN, J. C. Sociologia da Educação: dez anos de pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1995.
- FREITAG, B. Escola, estado e sociedade. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.
- GIDDENS, A. As idéias de Durkheim. São Paulo: Cultrix, 1978.
- _____ Sociologia. Porto: Editora, 2004.
- GOMES, C. A. A educação em perspectiva sociológica. São Paulo: E.P.U., 1985.
- HALL, S. Identidade cultural. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 1997.
- HARVEY, D. Condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1992.
- HORKHEIMER, M; ADORNO, T. (Orgs.). Temas básicos de Sociologia. São Paulo: Cultrix, 1973.
- IANNI, O. (Org.). Marx: Sociologia. São Paulo: Ática, 1996.
- _____ "A crise de paradigmas na sociologia" In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo: ANPOCS, n. 13, ano 5, Jun. 1990, p. 90-100.
- LIMA, R. B. "A constituição do fato moral em Durkheim: coerção, desejo e racionalidade no ambientalismo como um ideal civilizatório" In: Revista Brasiliense de Pós-graduação em Ciências Sociais. Brasília: Universidade de Brasília, Ano 1, vol. 1, n. 1, 1997.
- MACHADO, C. C. Multiculturalismo: muito além da riqueza e da diferença. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MARX, K. O capital. Livro 1, vol. 1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MARX, K. Prefácio à “Contribuição à crítica da Economia Política”. In: MARX, K.; ENGELS, F. Textos. Vol 3, São Paulo: Edições Sociais, s.d., p. 300 – 303.

MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia alemã. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.

MCLELLAN, D. As idéias de Marx. São Paulo: Cultrix, 1993.

MANNHEIM, K. STEWART, W. C. Introdução à Sociologia da Educação. São Paulo: Cultrix, 1969.

MIRAS, C. Um ponto de partida para a aprendizagem de novos conteúdos: os conhecimentos prévios In: COLL, C. et all. O construtivismo na sala de aula. São Paulo: Ática, 1999.

NOSELLA, M. L. C. D. As Belas Mentiras: a ideologia subjacente aos textos didáticos. São Paulo: Cortez & Moraes, 1981.

NUNES, E. O. (Org.). A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PINTO, C. I. “O trabalho em Marx”, In: História, São Paulo: Ed. da USP.

QUINTANEIRO, T., BARBOSA, M. L.; OLIVEIRA, M. G. Um Toque de Clássicos – Durkheim, Marx e Weber . Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

RODRIGUES, A. T. Sociologia da educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

RODRIGUES, J. A. (Org.). Durkheim: Sociologia. São Paulo: Ática, 1990.

SANTOS, R. “Afinal, o que é cultura?” in Sociologia – Ciência & Vida. Ano II, n. 16, 2007, p.26-33.

SILVA, F. P. P. “Burnot: um desafio à saúde do trabalhador” In: Psi Revista de Psicologia Social e Institucional. Disponível em: URL em 29/maio/2004 <http://www2.uel.br/ccb/psicologia/texto2n15.htm>, Acessado em: 06/08/2004.

SILVA, T. T. Identidades terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 11-30.

SIMÕES, L. S. “Autoridade e legitimidade”, Sociologia – Ciência e Vida. Ano II, número 14, São Paulo: Editora Escala, Caderno de Exercícios.

SIQUEIRA, E. D. Antropologia – uma Introdução. Vitória: UFES, 2007.

SIROTA, R. A escola primária no cotidiano. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

SOARES, S. G. Educação e integração social. Campinas: Alínea, 2003.

TEDESCO, J. C. Sociologia da educação. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1985.

_____. O novo pacto educativo: educação, competitividade e cidadania na sociedade moderna. São Paulo: Ática, 1998.

_____. “Os pilares da educação do futuro” In: Debates de Educación. Barcelona, 2003, <http://www.uoc.edu/dt/2036/index.html>.

THOMPSON, J.B. A Mídia e a Modernidade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Normalização de Referências: NBR 6023:2002. Vitória, ES: A Biblioteca, 2006.

VESENTINI, C. A. “História e ensino: o tema do sistema de fábrica visto através de filmes” in BITTENCOURT, C. (org.). O Saber Histórico na Sala de Aula. São Paulo: Contexto, 1997, p. 163-175.

VILA NOVA, S. Introdução à Sociologia. São Paulo: Atlas, 1995.

ZAGO, N.; CARVALHO, M. P.; VILELA, R. T. (Orgs.). Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em Sociologia da Educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

WAGNER, P. Crises da modernidade: a Sociologia Política no contexto histórico In Revista Brasileira de Ciências Sociais. N. 31, ano 11, junho/1996, p. 29 – 43.

WEBER, M. Ensaios de Sociologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1982.

_____. Metodologia das Ciências Sociais. Parte 1, São Paulo: Cortez, Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

_____. Metodologia das Ciências Sociais. Parte 2, São Paulo: Cortez, Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

_____. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Pioneira, 1967.

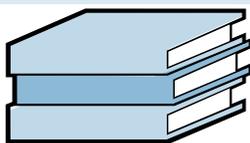
_____. Os Pensadores. São Paulo: Editora Abril Cultural, s.d., p.VI-VIII.



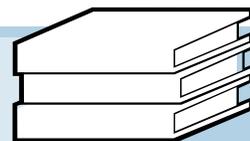
Acesse as informações sobre Amala e Kamala - as meninas lobo - disponíveis em:
<http://www.via6.com/topico.php>.

Atividade de Aprendizagem

Pesquise em matérias de jornal e televisão, exemplos atuais que tratem da relação da família com seus jovens membros. A seguir reflita e discuta com seus colegas, a respeito da importância desta forma de coletividade humana, a família, como um grupo social encarregado de promover a socialização das gerações mais jovens, na sua cidade.



Sugiro que você consulte o terceiro capítulo deste fascículo, no qual procurei apresentar as circunstâncias sócio-históricas de surgimento da Sociologia no século XIX, bem como contextualizar a produção dos clássicos da Sociologia: Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber.



A título de exemplo...

Sugiro que você consulte o terceiro capítulo deste fascículo, no qual procurei apresentar as circunstâncias sócio-históricas de surgimento da Sociologia no século XIX, bem como contextualizar a produção dos clássicos da Sociologia: Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber.

Sandra Maria Vincentin de Oliveira

Possui Graduação no curso de Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (1976). Atualmente é professora de Sociologia da Educação do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo.



ISBN 978-85-99510-60-5



www.neaad.ufes.br
(27) 4009 2208

